



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

### ATA N.º 04

### MANDATO 2021/2025

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e um, pelas vinte horas, no Auditório de São Vicente, em Alfena, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Intervenção do público; -----

2 - Período antes da ordem do dia. -----

#### ORDEM DO DIA -----

#### 1 – Discutir e votar propostas da câmara municipal sobre: -----

1.1 - Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2022, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos; -----

1.2 - Lançamento de Derrama sobre o Lucro Tributável de 2021, a cobrar no ano 2022; -----

1.3 - Participação Variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano de 2022; -----

1.4 - Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2022. -----

1.5 – 1.ª Correção Material do Plano de Urbanização da Zona Industrial e Empresarial de Campo; -----

1.6 - Proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Valongo. -----

1.7 – Orçamento e Grandes Opções do Plano/2022 - Mapa de Pessoal/2022 - Plano de Atividades e Orçamento da Vallis Habita/2022; -----

1.8 - Nomeação de Auditor Externo responsável pela certificação legal de contas; -----

1.9 - Apoio à Atividade Económica, Empresarial e Comercial – Isenção de Taxas Municipais Ano 2022; -----

1.10 - Apoio à Atividade Económica, Empresarial e Comercial – Isenção do pagamento de rendas 1.º Trimestre de 2022; -----

1.11 - Pedido de isenção do pagamento das taxas pela ocupação do espaço público para os anos de 2021 e 2022; -----

1.12 - Constituição do Conselho Municipal de Educação de Valongo para o Mandato Autárquico 2021/2025. -----

2 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Pereira Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Paulo Miguel da Siva Santos, Ivo Vale das Neves, Orlando Gaspar Rodrigues, Mário Armando Martins Duarte, Mara Manuela da Silva Moreira Duarte, Paulo Jorge Esteves Ferreira e Maria João Esteves Magalhães. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Daniel Filipe Alves Felgueiras, Madalena



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Sofia Alves de Oliveira, Maria da Trindade Morgado do Vale e Mário Rui Oliveira Monteiro tendo substituídos, respetivamente, por André Diogo Pereira Teixeira, Daniel Filipe Pinto Moreira, Ana Isabel Loureiro Pereira e Patrícia Maria Marques Maia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

A Primeira Secretária da Assembleia, **Catia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu a palavra aos munícipes que pretendessem intervir. -----

O Múncipe, **Wilson Veiga**, disse que pretendia saber o que foi feito para evitar o encerramento da Esquadra da PSP de Ermesinde, pois, neste momento, a Esquadra da PSP de Ermesinde está a funcionar apenas entre as oito e as dezasseis horas, ao fim-de-semana está fechada, estando em causa 40 mil habitantes que precisam de polícia de proximidade, mesmo os comerciantes sentem insegurança. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que a gestão das forças policiais não depende das câmaras nem das juntas de freguesia, no entanto é seu dever estarem ativamente atentos. ----- Quando surgiram rumores, porque foram rumores, sobre o encerramento da Esquadra teve o cuidado de escrever uma carta ao senhor Ministro e este teve o cuidado de responder informando que não está previsto nenhum encerramento da Esquadra. -----

Pediram, também, uma reunião com o Comando Metropolitano da Polícia, foram recebidos, ele e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, tendo-lhe sido dito que não está previsto o encerramento da Esquadra. Assim reiteraram que são totalmente contra o encerramento da Esquadra, mas, também, pedirem, porque é seu dever ser proativos, ajuda ao Comando para os ajudarem no processo de implementação do sistema de videovigilância. -----

Disse de seguida que na Área Metropolitana do Porto o concelho de Valongo é dos que tem menor nível de criminalidade, são os dados do relatório que é um facto, outra coisa é o sentimento de insegurança, e isso é uma coisa que não controlam, mas podem dar um contributo para que as pessoas se sintam mais seguras, por isso pediram para os ajudarem com o processo de instalação do sistema de videovigilância. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu a palavra aos Membros que pretendessem intervir. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse que estão na primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal deste mandato autárquico, no qual os cidadãos de Valongo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

consideraram que o PS contínua a merecer de forma clara e inequívoca a sua confiança, foi por isso que venceram as eleições e renovaram a maioria absoluta. -----

Foram a eleições com o sentimento de dever cumprido e com humildade, venceram e fizeram-no sem recorrer a populismos baratos e discursos de facilitismo, não fizeram promessas, mas estabeleceram compromissos, o de manter o rigor orçamental, o de desenvolverem o caminho de promoção e aprofundamento das marcas identitárias, fazer do concelho bem mais do que um dormitório, o de responderem às necessidades da população e do território, inclusive em cenários de incerteza e imprevisibilidade como é o caso da pandemia que insiste em permanecer. -----

A educação e a ação social, sendo pilares estruturantes desde o início da governação do PS na Câmara Municipal, não deixaram de o ser mesmo em períodos muito difíceis como aquele que vivem em situação de pandemia, aliás podem mesmo dizer que esses pilares foram reforçados através de muitas ações e iniciativas que não vale a pena particularizar, são do domínio público, do conhecimento de todos, e julgam que reconhecidas por todos, mesmo assim valerá a pena dizer que continuam a ser dois pilares fundamentais para a governação futura como se encontra plasmado no documento do orçamento e grandes opções do plano, que mais à frente vão analisar. -----

A priorização dada às questões ambientais foi e continuará a ser um dos pilares desta governação, também, Valongo foi o vencedor do prémio ambiental European Green Leaf Award 2022, uma iniciativa da Comissão Europeia que premeia o compromisso com melhores resultados ambientais, foi isso que viu e premiou em Valongo, o envolvimento dos cidadãos nos processos participativos, os projetos municipais de eficiência energética, a implementação das hortas biológicas urbanas, o sistema de recolha de resíduos porta-a-porta e a criação das associações intermunicipais como o “Parque das Serras do Porto” e “Corredor do Rio Leça”, são, portanto, embaixadores verdes. -----

Valongo venceu, também, o prémio Município do Ano 2021 na categoria Área Metropolitana do Porto com o projeto “Semana Europeia da Democracia Local”, partilha de experiências e casos de sucesso na democracia local, prémio este promovido pela Universidade do Minho através da plataforma UM Cidades com o objetivo de reconhecer e premiar as boas práticas em projetos implementados por municípios com impacto assinaláveis nas vilas, cidades, território, na economia e sociedade que promovam o crescimento, inclusão e a sustentabilidade.

Estes prémios não podem deixar de orgulhar todos os valonguenses, já que as práticas neste domínio implementadas no território merecem, efetivamente, a atenção, reconhecimento e a validação de instituições internacionais e nacionais, Valongo corre mesmo o risco de se tornar um exemplo em Portugal e no espaço europeu. -----

Voltando ao tema com que a Assembleia começou, a segurança, a segurança tem sido de facto um domínio que tem merecido a sua particular atenção, pegando na resposta que obtiveram, mesmo não sendo Valongo o concelho onde são mais preocupantes, objetiva e quantitativamente, os dados sobre a insegurança, a verdade é que têm atuado no sentido de aumentar a perceção de segurança dos valonguenses, porque sabem que é a questão essencial quando falam de segurança e criminalidade. Foi isso que fizeram quando estabeleceram com o Governo uma parceria que permitiu dar uma nova centralidade à esquadra da PSP em Valongo, condições



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

mais dignas para o seu funcionamento, foi isso que aconteceu também quando o Executivo Camarário e a Junta de Freguesia asseguraram que estariam reunidas as condições para manter a esquadra de Ermesinde a funcionar. -----

É, também, nesse contexto que se enquadra a criação da Polícia Municipal no concelho, já votada anteriormente na Assembleia, e a verba prevista em orçamento para a implementação do sistema de videovigilância. -----

Podiam fazer referência a outros domínios que têm merecido a melhor atenção, podiam falar, por exemplo, da habitação com o Programa Primeiro Direito, o protocolo assinado há dias em Valongo, têm, no entanto, um receio que estas e muitas outras medidas possam vir a sofrer atrasos, ou até incumprimentos, pelo facto de ter sido chumbado o Orçamento de Estado, de forma irresponsável, com a consequente convocação de eleições antecipadas, esperam que assim não seja e possam ver todos os projetos cumpridos no seu tempo. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que há 8 anos por motivos profissionais e outros acabou por interromper um período mais ou menos longo de militância a favor de todos, a favor da comunidade, de que se orgulha, com alguns problemas seguramente, mas com muitas coisas que conseguiu fazer em prol da população, em prol da freguesia onde mais se dedicou, e do concelho. -----

Sentia saudades pois gosta de colaborar com as entidades e de ajudar quem mais precisa, e acabou por responder positivamente ao apelo de voltar a colaborar, teve oportunidade e conseguiu reorganizar-se. -----

Está ali de coração, com a vontade possível e com o espírito de fazer o melhor que possa, o espírito do grupo, por isso aceitou fazer parte do Grupo Municipal do PSD, o espírito positivo de colaborar da melhor forma com todos, sempre defendeu ser exigente, responsável e colaborante. -----

É a primeira Assembleia ordinária, é a primeira vez que há período antes da ordem do dia e não queria deixar passar a oportunidade sem dizer isso, está esperançoso e fará tudo para que o mandato seja um mandato de que os munícipes se orgulhem do que possa fazer e de colaborar com todos, com a Mesa, com a Câmara, com os companheiros da Assembleia Municipal. -----

Disse de seguida que na Conferência de Representantes chamou à atenção se não seria possível, de forma até que todos pudessem ser mais explícitos e mais organizados na apreciação e votação, se não seria possível dividir o ponto que engloba o orçamento, as grandes opções, o orçamento da Vallis Habita e o Mapa de Pessoal, falaram sobre isso e o senhor Presidente da Câmara que teve a amabilidade de informar que estava previsto na Lei 73/2013. -----

Leu a referida lei e não faz a interpretação que foi feita, mas com o espírito de jurista que por defeito profissional tem. muitas vezes pensa que tem razão e poderá não a ter, e muitas vezes pensa não a ter e poderá vir a tê-la, portanto investigou. -----

Teve oportunidade de perguntar nos municípios à roda, e acham muito estranho a junção só num ponto, para além da interpretação que fez que lhe parecia mais ajustada, e da experiência dos municípios ao lado solicitava ao senhor Presidente da Assembleia pedir um parecer, um estudo comparativo, porque é estranho que só Valongo insista nisso. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, disse que por várias vezes o CDS/PP na Assembleia Municipal alertou para os problemas mais marcantes da freguesia de Alfena, algumas coisas já foram realizadas, mas muitas outras ainda faltam fazer, algumas são do foro da Câmara outras de âmbito nacional no qual a Câmara deveria realizar todos os esforços possíveis para a sua concretização. ----- Assim, perguntava qual o ponto de situação da ampliação do cemitério; construção do ecocentro; o nó da autoestrada junto ao Lombelho; movimentação ou anulação do pórtico junto à autoestrada em Alfena; requalificação geral das estradas e passeios de Alfena com destaque a nacional 105 e a rua S. Vicente. -----

A Senhora Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez as seguintes intervenções. -----

*“Desde o início da pandemia que muitos trabalhadores da Câmara Municipal de Valongo, com salários baixos e pouco dignos e às vezes em condições penosas e insalubres, asseguram as condições para que a Vida continue. -----*

*O PCP propôs e fez incluir no Orçamento de Estado de 2021 o pagamento a esses trabalhadores de um Suplemento a partir de 1 de janeiro de 2021. Todas as autarquias governadas pela CDU já o pagam. -----*

*Mas, a poucos dias do final do ano, em Valongo, ainda nenhum trabalhador camarário ou das freguesias recebeu o Suplemento de Penosidade e Insalubridade. -----*

*Em relação ao suplemento, lembra-se ainda que, a 9 de novembro, reconhecendo as críticas dos trabalhadores, do seu sindicato e do PCP à falta de coerência e abrangência do Artigo 24º da Lei do Orçamento de Estado, foi publicado o Decreto-Lei 93/2021, que alargou o âmbito de aplicação do Suplemento a operações com animais e a trabalhos de asfaltamento. -----*

*A CDU pretende saber se o Suplemento e os respetivos retroativos serão pagos junto com os salários de dezembro.” -----*

*“No que respeito diz aos Bombeiros Voluntários do Concelho, e respeitando os bons exemplos que vão sendo conhecidos noutros Municípios, mesmo na área do Grande Porto, a CDU recomenda à Câmara Municipal de Valongo que, para o sector em que estão classificadas as Corporações de Bombeiros do Concelho, seja criado um regulamento de concessão de Direitos e Benefícios Sociais que abranja os Bombeiros Voluntários das Corporações de Valongo e Ermesinde e suas famílias, reconhecendo a importância da sua ação em prol da nossa comunidade. -----*

*Recomendamos à Câmara Municipal de Valongo que, no Regulamento a criar, os benefícios a constar sejam os seguintes: -----*

*A redução do IMI em pelo menos 50%. -----*

*Atribuição dos benefícios definidos na tarifa social da água. -----*

*Implementação de um subsídio de nascimento, no valor de 250,00 euros, atribuído por cada descendente em 1º grau; -----*

*Estabelecer a ação de bombeiro voluntário como critério de desempate para a atribuição de habitação social; ---*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*Redução de 25% nas taxas de inscrição nos projetos de Ocupação de Tempos Livres; -----  
Redução de 50% nas Taxas aplicáveis às iniciativas de carácter cultural promovidas pelo município; -----  
Pagamento do seguro de acidentes pessoais e o acesso livre às piscinas municipais, de segunda a sexta-feira, entre as 9 e as 16 horas.” -----*

Disse de seguida que acerca da Esquadra da PSP em Ermesinde fizeram um requerimento, foram esclarecidos de que não passou de um boato, mas o que é certo, que é estranho que estejam hoje em dia a pensar que a Esquadra de Ermesinde pode estar a fechar, aquilo que devim estar a falar, e aquilo pelo que devam lutar é para que haja um reforço de efetivos na Esquadra de Ermesinde. -----

Foi um alerta, não vai fechar desta vez, mas se calhar houve uma tentativa de ver, será que eles reagem a isto, vamos atirar isto para a ribalta a ver se a população se mexe, como viram descontentamento por parte da população é que disseram que era boato. -----

De seguida fez a seguinte intervenção: -----

*“Apesar de ser uma das maiores causas de acidentes ferroviários em Portugal, a prometida eliminação de passagens de nível está praticamente suspensa desde 2012 e este tem-se tornado um processo cada vez mais lento. Vejamos: em 8 anos, em todo o país, apenas foram eliminadas 46 passagens de nível, existindo ainda 831 passagens de nível nos nossos caminhos-de-ferro. Saliente-se que em igual período de tempo, nomeadamente entre 2004 e 2012, foram eliminadas 860 passagens de nível. -----*

*No concelho de Valongo, são várias as passagens de nível e urge a eliminação das mesmas e a sua substituição por alternativas mais do que estudadas e concretizadas em vários pontos da ferrovia. -----*

*Assim, gostaríamos de questionar a Câmara Municipal de Valongo sobre o ponto de situação das obras previstas na ferrovia que atravessa o concelho, muito concretamente no que concerne à eliminação das passagens de nível.” -----*

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que em primeiro lugar felicitava os eleitos pelo mandato que lhes foi atribuído e saibam respeitar a confiança que foi depositada em todos aqueles que valorizam a democracia exercendo o seu direito de voto. -----

Agradeceu a todos os cidadãos que depositaram nas urnas a sua confiança no programa autárquico do BE. Assumiram o compromisso de defender o programa a que se propuseram, e mesmo na circunstância de continuar a serem minoritários, e do poder executivo ter, também, na Assembleia Municipal uma maioria absoluta confortável o BE continuará a propor e debater-se por políticas de justiça social e proteção do ambiente. -----

No BE são um grupo de pessoas determinadas que de forma voluntária trabalham para a melhoria das condições de vida e trabalho de todos os valonguenses, ou seja, o trabalho e empenho ao serviço da população. -----

Na Assembleia debater-se-ão pelas suas propostas, fazendo uma oposição crítica, mas construtiva sempre com o intuito de melhorar a vida de quem nasceu e de quem escolheu Valongo para residir ou trabalhar. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Para o BE o nível de desenvolvimento do Município não se mede pelos certificados que se possam obter, apesar da sua importância, mas mede-se pelas condições em que vivem os mais desfavorecidos, não se mede pelo que é oferecido aos munícipes no centro dos centros urbanos, mas mede-se pelas condições de habitação, transporte, acesso a serviços públicos e apoio social a todos os cidadãos, assim como o respeito pela proteção do ambiente, independentemente do local da cidade ou da freguesia em que cada um vive ou trabalha. -----  
Continuarão a debater-se pela transparência, pela habitação, pelos apoios sociais, pela educação, pelos serviços públicos e pelos transportes. -----

Esperam que todas as forças políticas com representação no Município mantenham o compromisso assumido da reversão da malfadada Lei Relvas e que se empenhem no processo da desagregação das freguesias de Campo e Sobrado, o próprio documento apresentado pela Câmara fala em cinco freguesias, atualmente têm apenas quatro. -----

Sobre o suposto encerramento da Esquadra de Ermesinde o senhor Presidente da Câmara disse que o senhor Ministro lhe garantiu que não fechava a esquadra, mas o facto é que a Esquadra em si própria já está fechada porque atualmente não é uma Esquadra é apenas um Posto. -----

Disse de seguida que não tem informação do senhor Ministro da Administração Interna que tutela, mas tem informação de vários chefes da PSP, do Comando Metropolitano do Porto que não fosse a dissolução da Assembleia da República provavelmente até o horário de funcionamento da Esquadra de Ermesinde já seria menor, claro que tudo é boatos, mas devem ter atenção aos boatos. -----

Seguidamente apresentou a seguinte Moção: -----

*“Moção -----*

*Pelo direito à mobilidade -----*

*As autarquias locais, são o primeiro interlocutor entre o estado e os cidadãos, tendo também uma importância ímpar na melhoria da qualidade de vida dos munícipes. -----*

*As políticas a executar pelas autarquias devem ser orientadas na eficácia e na eficiência, defendendo o interesse geral, no respeito pelos direitos humanos, pela diferença e pela não discriminação dos seus munícipes. -----*

*Na base da atuação autárquica, atual e futura, deve estar o território, mas também as populações, sendo dever das autarquias sintetizar um conjunto de necessidades endentes a privilegiar o potencial humano existente nas diferentes freguesias, atendendo às necessidades identificadas, ou a identificar, das suas populações. -----*

*A implementação de qualquer medida implica custos, alguns deles relevantes, cuja decisão deve partir de uma rigorosa análise das medidas propostas, bem como dos níveis de eficiências e eficácia, que podem gerar a curto, médio ou longo prazo. -----*

*O resultado destas análises não deve ser apenas matemático e financeiro, mas principalmente pela eficácia na melhoria das condições de vida, no dia a dia, de cada cidadão. -----*

*A mobilidade é, também, o garante da democracia. -----*

*Apesar do investimento em novas formas de mobilidade, como ciclovias, apoiamos esse investimento no seu conteúdo, mas discordamos na forma, pois entendemos que deveriam ser construídas de forma diferente. -----*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*Tomando o exemplo de outros municípios, vemos que ficamos aquém do que se poderia fazer, ou seja, em vez de ocupar uma estreita parcela da faixa de rodagem, aquando das obras de reabilitação, poderiam ser construídas em canal segregado, incentivando a utilização de bicicleta de forma segura. Poder-se-ia utilizar o exemplo do município de Espinho, onde fazem intervenção nas vias de comunicação de forma estruturada para garantir a segurança. -----*

*Mobilidade não são apenas infraestruturas, é também transportes. -----*

*Ora, no município de Valongo, são muitos os locais sem qualquer transporte público. Acresce que normalmente os locais com menos oferta de transporte público, há uma maior percentagem de pessoas idosas ou com necessidades especiais, como as zonas rurais do nosso município. -----*

*É notória a baixa cobertura de transporte público de passageiros em várias zonas geográficas do nosso município. -----*

*Não sendo possível a criação de novas linhas, e encontrando-se o contrato de Serviço Público de Transporte de Passageiros emperrado na AMP, a quem Valongo delegou competências, entendemos que a autarquia tem a obrigação social de intervir no suprimento desta necessidade básica de mobilidade. -----*

*Assim, e tendo por base a garantia de acesso de todos os cidadãos, independentemente da localização da sua residência, as serviços públicos e satisfação de serviços básicos, onde se destaca Centros de Saúde, Hospital, Farmácias e Serviços Públicos como Água, Luz, Gás ou Comunicações, para o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, a autarquia tem uma responsabilidade acrescida nesta matéria. -----*

*Acresce que as populações mais idosas, assim com a população com mobilidade reduzida, são duplamente penalizadas, pois normalmente a estas dificuldades acrescenta-se os baixos rendimentos e falta de recursos para, por exemplo, poder utilizar táxi nas suas deslocações necessárias. -----*

*Entendemos que a autarquia com as várias juntas de freguesia tem a responsabilidade social de colmatar estas necessidades, podendo e devendo criar um serviços de transporte mais específico, tipo porta a porta, entre os serviços públicos essenciais e a residência de pessoas idosas e pessoas com comprovada mobilidade reduzida, sem fins lucrativos e não concorrencial com qualquer outro da mesma natureza, criando um regulamento próprio de acesso que seja facilmente divulgado e entendido de como solicitar e usufruir desse serviço. -----*

*Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 22 de dezembro de 20221, delibera: -----*

*1.º Recomendar ao Executivo de Valongo, que ao efetuar intervenções nas infraestruturas rodoviárias do município, privilegie as condições de segurança nos passeios e nas vias cicláveis, não se limitando pela simples colocação de pinázios; -----*

*2.º Recomendar ao Executivo Municipal, que em conjunto com as freguesias, crie um serviço de transporte e respetivo regulamento de acesso, que possa colmatar as necessidades básicas de mobilidade da população, com especial atenção às pessoas mais vulneráveis, idosas e com comprovada mobilidade reduzida.” -----*

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Silva**, disse que no centro de Ermesinde existe uma moradia, rés-do-chão e primeiro andar, primeiro andar destinado a habitação, no rés-do-chão um estabelecimento de restauração, um café. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Nas traseiras dessa moradia existe uns anexos e uma garagem, a moradia tem uma entrada frontal e uma entrada lateral também de veículos de acesso aos anexos e à garagem, por cima dos anexos havia um terraço onde geralmente era colocada roupa a secar, esse terraço foi encerrado, uma grade vidraça de vidro. -----

Na entrada lateral da moradia foi colocada uma roulotte de venda de cachorros, bifanas e afins, a parte lateral da roulotte, a parte mais pequena, está praticamente à face do passeio, onde era suposto entrar um veículo, a parte maior está no logradouro da habitação, e funciona ali uma atividade de venda de cachorros e afins. -----

A parte superior dos anexos que foi encerrada funciona como sala de jantar da dita roulotte e o logradouro funciona como esplanada quando está bom tempo. -----

Foi lá a fiscalização da Câmara Municipal, mandou a proprietária tirar a roulotte, a roulotte esteve 3 ou 4 dias em frente à moradia, na baía de estacionamento, ao fim de 4 dias voltou a estar onde estava e voltou a funcionar com o negócio em causa. -----

Quando a fiscalização lá foi, foi alertada para a questão da marquise, portanto o terraço que foi fechado e estava a fazer de sala de jantar da dita roulotte. -----

Mais grave é que nesses anexos, bem como num armazém em frente, do outro lado da rua, portanto quer nos anexos da habitação, quer no armazém que existe do outro lado da rua, nas traseiras dessas habitações, estão a habitar em cada um dos espaços 8, 9, 10, 12 imigrantes marroquinos, indianos e de outras nacionalidades. ----

Assim existem várias questões, questão da construção ilegal, a questão das pessoas a viver em espaços exíguos sem quaisquer condições de habitabilidade e sem licenças para tal, quando lá foi a fiscalização foi alertada para isso e a resposta foi que não tinham nada com isso, foram lá por causa da roulotte, as pessoas que estão a viver às 10, 11 e 12 em anexo e um armazém não é nada com eles. -----

A situação mantém-se, a roulotte a partir das 19.30 horas contínua em funcionamento, as pessoas que habitam nesses espaços continuam a lá habitar, com botijas de gás, com deficiente instalação elétrica, supõem que a instalação elétrica para um anexo e para uma garagem não seja a mesma para uma habitação. -----

Na situação em que estão com a pandemia Covid 19 quem habita esses espaços uns andam a vender outros andam nas obras, outros eventualmente terão outras atividades. -----

Portanto, existe ali um foco de várias situações problemáticas, liga-se para a PSP empurra para a Câmara, liga-se para a Proteção Civil dizem que não é nada com eles, liga-se para os bombeiros e eles respondem que só se houver fogo é que lá podem ir de resto não vão, não sabe se a fiscalização funciona a partir das 19.30 horas, porque a dita roulotte só após as 19.30 horas é que abre e está aberta até às 4/5 da manhã muitas vezes. -----

Assim, gostaria de obter resposta se havia ou não conhecimento por parte da Câmara Municipal dessa situação, acredita que não, porque muitas vezes as coisas ficam a meio da hierarquia, não chegam ao topo, mas a verdade é que não são resolvidas. -----

O Membro do Grupo Municipal do Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que pretendia fazer uma declaração de interesses, durante toda campanha insistiram que eram um grupo independente concorrente à Câmara e Assembleia Municipal, e que longe de quererem fazer da campanha um cavalo de luta, ou sequer uma luta política intensa. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A declaração de interesses serve para justificar a forma como pensa e a sua equipa, que infelizmente não foi eleita, mas está com ele em todas as decisões que tomar. Embora ciente do estatuto de oposição de que beneficiam no Nós Cidadãos, não irão fazer desse estatuto uma arma de arremesso, um disparar em todas as direcções, em tudo o que mexe só porque são da oposição e forçosamente teria que ser do contra. -----

Também não serão advogados de defesa da Câmara, estarão atentos, dispostos a votar sim a tudo o que acharem que é bom para o concelho de Valongo, da mesma forma dizer não àquilo com que não concordarem ou acharem que é prejudicial para a população. -----

Gostaria de se congratular, é a primeira vez que faz parte de uma Assembleia Municipal, há muitos anos fez parte da Assembleia de Freguesia de Valongo, congratula-se pela aceitação de algumas propostas que tiveram oportunidade de fazer numa reunião com o senhor Presidente da Câmara e viram retratadas no plano e orçamento. -----

Chamaria o orçamento de um orçamento arrojado, porque não foi feito há 15 dias, nem há 1 mês, provavelmente já vem sendo feito ao longo de 2 ou 3 meses, e provavelmente não previam que o Governo iria cair e que a bazuca que beneficiará todos os municípios, provavelmente incluído o nosso, está atrasada, e vão ver quando é que vem, que a pandemia mais uma vez recrudescer, que o próximo ano 2022 seja mais fácil ou sequer comparável com este, provavelmente será muito mais difícil, por isso chama o orçamento de orçamento arrojado. -----

Se será um orçamento ideal, não, nem vai falar dos outros habitantes do concelho de Valongo, vai falar dos 40288 votantes que tiveram a hombridade e a vontade de querer fazer alguma coisa pelo concelho, provavelmente se esses eleitores que disseram sim no dia de votar na urna fossem chamados a apresentar um plano e orçamento para o ano 2022 teriam um problema bicudo, teriam, provavelmente, 40288 programas e orçamentos para debater. -----

Poder-se-ia ir mais longe, é um facto, poder-se-ia ir mais longe nos arruamentos, requalificação das vias rodoviárias, nos apoios às associações, de certeza no orçamento participativo jovem, provavelmente para reforçar estas ia faltar noutras. -----

Não estarão ali para dizer mal de tudo e de todos, também não estarão para defender intransigentemente as promessas que não forem cumpridas, estarão para fiscalizar o cumprimento dessas mesmas promessas, o programa estabelecido e que será votado. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que a Bugiada e Mouriscada é um património de toda a Vila de Sobrado e da Autarquia de Valongo, a Autarquia considerou-a numa das maiores e mais genuínas tradições do país. -----

Em 2019 foi anunciado pela Câmara de Valongo que a Festa da Bugiada e Mouriscada iria candidatar-se ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, passo incontornável para ser património Imaterial da Humanidade da UNESCO. -----

Segundo a Autarquia está em fase de conclusão o processo de candidatura ao Inventário Nacional e em julho desse ano seria feita a submissão na plataforma do Inventário Nacional. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Esta secular encenação que todos os anos a 24 de junho percorre vários pontos da Vila de Sobrado, em representação da luta entre os Bugios e Mouriscos pela posse da imagem de São João Batista, já está classificada como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal. -----

Acontece que, só em 2020 formalizaram o pedido de inscrição da Festa da Bugiada e Mouriscada no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, segundo a Câmara foi inserido o registo numa matriz PCI que é a base de dados de suporte do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. -----

Estão em 2021, a entrar em 2022, e mais nada sabem, relembram que o atual Presidente da Câmara já está com o processo desde 2013, ao mesmo tempo olham para projetos idênticos já terem sido declarados Património da Humanidade como foi recentemente a Festa do Povo de Campo Maior. -----

O Grupo Municipal do PSD vem por este meio solicitar informações sobre como está a decorrer o processo e as diligências feitas pela Câmara Municipal até ao momento para que a Bugiada seja declarada do Património Imaterial da Humanidade da UNESCO. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **André Diogo Pereira Teixeira**, disse que pretendia deixar uma mensagem de preocupação pelo futuro da sua geração, mas mais em concreto dos jovens valonguenses. -----

Atravessam atualmente uma crise pandémica que veio afetar a vida de todos, mas as preocupações já existiam na pré-pandemia e a verdade é que elas continuam esquecidas e não podem usar a pandemia para desculpa para tudo. -----

Atualmente ser jovem e ter o sonho de sair de casa dos pais e viver em Valongo tornou-se uma missão quase impossível, neste momento os jovens fogem do concelho, eles não querem viver num concelho asfiziado em impostos, que não quer contrariar o fenómeno demográfico, que não cria incentivos à compra de habitação própria, que não apoia os empreendedores jovens, não os incentiva a criar empresas e a fixá-los em Valongo, ao invés disso têm uma das maiores cargas fiscais do distrito. -----

Não é assim que vão fixar os jovens, não é assim que os vão convencer a ficar e a criar família em Valongo. -----

A tardia emancipação jovem é um problema e devem olhar para o concelho e perceber o que é que podem fazer para dar aos jovens as condições necessárias para estabelecer uma vida estável no concelho. -----

Durante os últimos anos as políticas implementadas para contrariar esse fenómeno têm sido inexistentes, não existem programas de habitação jovem como Casa Nova Casal Jovem, os jovens adultos que querem começar uma vida independente há muito tempo que estão esquecidos e são obrigados a fugir para os concelhos vizinhos. -----

Valongo carece claramente de uma estratégia de fixação e inserção dos seus jovens, e com isso hipoteca o futuro e o futuro do concelho. -----

A compra de primeira habitação e constituição de família em Valongo deve ser incentivada e não o seu contrário. -----

Finalizando pretendia deixar uma questão, como é que vai ser o futuro dos jovens valonguenses nos próximos anos, nos próximos 5 anos, nos próximos 10 anos, sim fala de futuro porque dizem que os jovens são o futuro então façam políticas de futuro, políticas que permitam aos jovens ter uma vida sustentável no seu concelho,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

mas pelo andar da carruagem o futuro que vê não é bom e certamente não será em Valongo para a grande maioria dos jovens valonguenses. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Daniel Filipe Dias Feliz**, disse que na ótica e na continuidade do município que falou da problemática da Esquadra da PSP, do encerramento, e colocou uma questão do que é que foi feito. Foi referido o que é que foi feito, os caminhos feitos pelo senhor Presidente da Câmara e pelo senhor Presidente da Junta de Ermesinde. -----

Alerta e é caso para questionar o que é que pode ainda ser mais feito, o que é que se pensa fazer, porque vivem num concelho que tem uma baixa criminalidade, mas estão rodeados por outros concelhos que têm uma alta criminalidade. -----

Quando deixam de ter um posto de controle, algo que os faça sentir seguros e que somos vigiados por camaras num concelho que tem 74 km de área é muito difícil haver uma resposta rápida e eficaz. -----

Estão geograficamente bem localizados, ou seja, enquanto a imagem é processada, enquanto a informação é processada, quando chegarem à casa as autoridades que se encontram em Valongo, por exemplo, a Ermesinde já os assaltantes, a criminalidade fugiu, porque efetivamente têm boas vias de acesso a outros concelhos. -----

A questão é o que se pensa fazer para minimizar isso, porque a Polícia Municipal é uma sinergia útil à PSP, mas não resolve o problema, nem as camaras, o processo de licenciamento vai demorar muito tempo porque passa por várias entidades. -----

O Presidente da Câmara, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que sobre o suplemento de salubridade a legislação que veio regulamentar esse subsídio foi publicada no mês passado, portanto estão a elaborar o processo que será fundamentado com o grau de risco, etc., que será apresentado à Assembleia de fevereiro e caso seja aprovado será pago com retroativos a janeiro de 2022. -----

Sobre a questão da Esquadra já esclareceu o que havia a esclarecer, não referiu que iam criar a Polícia Municipal, a Câmara não está parada, e voltou a reiterar Valongo e alguns concelhos à volta têm baixo nível de criminalidade, remetendo para os dados do relatório, se começarem a desconfiar dos relatórios, que são dados oficiais, então tudo é possível. -----

Existe criminalidade como em outros concelhos, há problemas, mas se querem ter uma vida não ganham nada quando criam uma falsa questão ligada com a segurança. -----

O problema da polícia, foi dito na reunião, falaram ao Comando que gostariam de ter mais carros na rua, o problema é que ter um carro na rua, foi dito com toda a clareza, um veículo obriga a ter 10/12 pessoas, e o próprio Ministério reconhece que não tem pessoas suficientes. -----

Já se dispuseram a ajudar, mas é um problema que não é das câmaras municipais nem das juntas de freguesia, estão ao lado para o que for necessário. -----

A videovigilância, está demonstrado, diminui, desincentiva, aumenta a sensação de segurança, mas é só isso. ----

Felizmente são um concelho seguro para viver, os problemas não dizem diretamente respeito à Câmara são parceiros e estão disponíveis para ajudar como o caso da Esquadra de Valongo, quando foi eleito a primeira



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

informação que lhe deram foi que não era possível, afinal era possível e está lá, está lá a Esquadra e bem decente segundo disseram do Ministério. -----

Sobre a questão colocada pelo Membro eleito pelo CHEGA, vai pedir para o informarem em concreto sobre o que foi dito, porque só acredita mediante um reporte escrito, pois é muito fácil lançar um anátema se ainda por cima os que vivem naquela casa, se é que vivem, tiverem uma cor diferente, tem muito cuidado com isso, normalmente essas denúncias nunca são por loiros, ou loiras, ou ruivos, ou ruivas, normalmente são por pessoas de cor, africanos, e tem muito cuidado com isso, como é antirracista e detesta racistas vai mandar que o ponham por escrito, se o Membro tiver razão vão participar às autoridades. -----

Vivem num concelho que abomina o racismo e esse tipo de situações, já entrou em contacto com o senhor Presidente da Junta e vão ver se tem algum fundo de verdade, depois vão ver a parte humana, porque essas pessoas também são seres humanos e têm a mesma dignidade que eles. -----

A parte da fiscalização, sabe, já lá foram os fiscais é um problema que têm, infelizmente, há muitas pessoas que teimam quebrar as regras, nessa questão já lá foram vão lá voltar e atuam, atuam com mão forte farão o que seja necessário, seja quem for. -----

Sobre a questão Bugiadas, Mouriscadas Património Imaterial, também gostavam que já fosse considerado, mas isso não é uma decisão da Câmara. -----

Quando foram eleitos havia já um trabalho feito nessa marca identitária, tinha sido votado por unanimidade, foi uma das pessoas que votou, o reconhecimento de Património Imaterial Municipal, e não havia muito mais, havia sobre tudo intenção, não havia sequer documento, havia intenção. -----

A primeira coisa que fizeram, foram aconselhados a estabelecer uma ligação formal, envolvendo as partes todas, a Junta de Freguesia, a Casa do Bugio e a Câmara com uma instituição que os pudesse ajudar de uma forma formal a fundamentar o processo e estabeleceram um protocolo com a Universidade do Minho. -----

Não é um processo fácil, aconselharam-nos logo a fazer o registo no Inventário Nacional, isso é o primeiro passo que não tinha sido dado que estão prestes a concluir, é um processo moroso, complexo, não fio fácil do ponto de vista das gravações, mas que estão a chegar a bom porto do ponto de vista de registar o Bem Imaterial, ou seja, a tradição da Bugiada e Mouriscada na lista nacional. -----

O resto não depende deles, é um processo que depende do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a decisão de candidatar o Bem à UNESCO, é a UNESCO que atribui o galardão, não depende das câmaras, é preciso criarem-se condições, estão a fazer aquilo que é possível, depois do registo no Inventário Nacional é possível, mas não é só por vontade deles. -----

Relativamente ao que é que vai ser o futuro dos jovens valonguenses, vai ser um bom futuro, o concelho de Valongo investe fortemente na educação, desde que é Presidente de Câmara pode-se ler de forma gratuita os livros que quiser que não se podia fazer, quando foi eleito não havia essa facilidade, hoje em dia qualquer pessoa pode ler, as crianças têm acesso a tudo do melhor na educação, no ponto de vista de experimentação das salas de aula do futuro, que não havia antes de chegar. -----

Portanto, estão a dar acesso a meninos ricos e a meninos pobres a tudo o que seja possível, para que eles depois possam por eles próprios, a sua função é dar-lhes asas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Têm jovens mais velhos que se têm destacado, que têm aproveitado os Centros de Cidadania, têm conseguido fazer aplicações e conseguido prémios, está muito contente, muitos jovens têm conseguido. -----

Dirá aos jovens do concelho de Valongo e em relação ao futuro vai ser um futuro muito bom, estarão preparados para serem felizes aqui, nos concelhos ao lado, onde eles quiserem. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 1.1 - Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2022, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos; -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que o Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, e como todos sabem fazer promessas durante a campanha eleitoral para algumas forças partidárias foram tentativas desesperadas de angariação de votos, contudo nem sequer obtiveram a confiança dos valonguenses. -----

O contrário de tais forças políticas o PS propôs continuar a aposta na educação, cultura, na ação social, na promoção ativa do território e no planeamento estratégico sustentável. -----

Tudo isto é compatível com uma gestão rigorosa dos recursos públicos, como tem sido feito em Valongo, e ao mesmo tempo é permitido, em resultado de tal rigor, que o Município abdique de uma parte dessa receita proveniente do IMI e assim alavancar a retoma quer nas famílias, quer nas empresas do concelho neste período pandémico, sendo um sinal de esperança e de estímulo. -----

A proposta de fixação para o ano 2022 da taxa de IMI em 0,38% para os prédios urbanos é efetivamente uma decisão à qual nenhuma força partidária da Assembleia pode, conscientemente opor, pelas razões atrás evocadas. -----

Não foi uma promessa eleitoral, é um ato em consequência de uma gestão rigorosa e de contas certas iniciadas há 8 anos com o Executivo do PS. -----

Vão continuar a cumprir com o desenvolvimento na educação, na cultura, na ação social e na promoção do desenvolvimento sustentável, tal é compatível com a redução do IMI. -----

Alterações radicais dos impostos só servem para comprometer a capacidade de investir e de redistribuir aquilo que é, ou são, os poucos recursos públicos, reduções ao mínimo do IMI era comprometer aquilo que hoje todas as forças partidárias reclamam, o investimento público e deitar por terra o esforço e o rigor dos últimos dois mandatos. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Silva**, disse que, como todos sabem, o CHEGA é contra o IMI, defende, programaticamente, a sua abolição por considerar que o custo fiscal incorporado na compra de um imóvel representa cerca de metade do custo do mesmo. -----

No entanto, a realidade é que o IMI existe enquanto lei e existindo o CHEGA defende que o valor do IMI seja o valor mínimo de lei 0,30%, por isso têm no programa para o concelho de Valongo uma proposta de redução do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

IMI para o mandato, redução faseada ao longo de 4 anos, sendo que 0,36% seria a proposta para 2022, 0,34 para 2023, 0,32 para 2024 e 0,30 para 2025 onde estariam no patamar mais baixo do valor de IMI. -----  
Sendo que uma redução para 0,36 em 2022 representaria 830 mil euros em termos de impacto, pouco mais de 1% do orçamento, a redução que propõem justificasse, também, pela fase que estão a viver, da pandemia Covid 19, na medida em que a generalidade das famílias viu os seus rendimentos baixarem significativamente. -----  
Relativamente à redução do IMI, são a favor da redução do IMI, se a proposta que é colocada é se são a favor da redução do IMI, são a favor, a redução do IMI para 0,38% acham pouco para aquilo que poderia ser. -----  
Ao reduzir para o valor para 0,38%, nem sequer estão a caminho para que no final do mandato terem a mesma taxa de 2016 que era de 0,355%, que em 2017 o Executivo camarário aumentou para 0,409%, portanto a redução não dá indicação e esperança de que no final do mandato seja aquela que estava em 2016. -----  
Depois há outra questão que se calhar elucida bem a quase insignificância da proposta, 12 milhões previsto no orçamento como receita de IMI, são os mesmos 12 milhões de 2021, de 2020, de 2019, a resposta será que há mais imóveis e uma coisa compensa a outra, não lhe parece que a construção esteja assim tão efusiva que justifique essa questão. -----  
Por outro lado, também lhe poderão dizer que há a reavaliação das Finanças, a Câmara baixa o IMI por um lado as Finanças aumentam pelo outro, no fundo aquilo que se vai traduzir em termos de família, de orçamento familiar em termos de IMI é quase insignificante. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte intervenção: -----

*“A análise do documento que estamos a discutir tem de ter em consideração a evolução dos valores desta taxa no concelho de Valongo, ao longo dos últimos anos. -----*

*Em 2017, o Partido Socialista ganhou, pela segunda vez, a Câmara Municipal de Valongo. A grande diferença do primeiro mandato para o segundo residia no facto de o Partido Socialista ter passado a governar em maioria absoluta e, com base na sua própria avaliação, as contas do município estarem, por fim, equilibradas. Mas, apesar desse equilíbrio, o Partido Socialista decidiu aumentar o IMI de 0,355% para 0,409%, um aumento de 15,2%. -----*

*Em 2021, ano de eleições, o Partido Socialista fez um pequeno ajuste, que mais não é do que um procedimento cosmético, e baixou o IMI para 0,390%. -----*

*Neste ano é de salutar a diminuição da taxa de IMI, mas a verdade é que essa diminuição continuará a ser muito menor do que o aumento realizado em 2018. A taxa proposta diminuirá apenas 2,5% o IMI, fixando-o nos 0,380%. -----*

*Aquilo que os valonguenses ansiavam era de pelo menos passarem a pagar o IMI com base na taxa de 2018, ainda mais quando muitas famílias atravessam situações de perda de rendimento e aumentos muito significativos nos bens de consumo. -----*

*Assim, apesar de considerarmos positiva esta diminuição, abster-nos-emos, por a considerarmos muito insuficiente e muito aquém daquilo que era possível.” -----*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que o Imposto Municipal sobre Imóveis é uma das principais receitas dos municípios. -----

Números oficiais indicam que o montante cobrado em todo o país passou de 1,3 mil milhões em 2013 para 1512 milhões de euros em 2020, em muitos municípios a progressão da receita não tem sido no mesmo sentido por força das isenções, ou benefícios decorrentes do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, ou das decisões políticas de reduzir ano após ano a taxa do IMI. -----

Para o BE o Imposto Municipal sobre Imóveis pode, e deve, ser utilizado pelos municípios como instrumento para obter uma justa compensação à comunidade pela ocupação e uso privado do solo, e também para combater as desigualdades territoriais. -----

O Código do IMI possibilita que a taxa possa ser fixada por freguesia, para além de permitir a majoração até 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, e também prevê que os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, possam definir áreas correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas em situação de desertificação, ou objeto de reabilitação urbana, e majorar ou minorar a taxa até 30%. -----

O número 7 do artigo 112.º admite que se reduza até 20% a taxa a aplicar aos prédios urbanos arrendados, tornando fiscalmente mais atrativo o seu arrendamento. -----

O recente artigo 112-B, dispõe que os prédios urbanos ou frações autónomas devolutas há mais de 2 anos, os prédios em ruínas e terrenos localizados em zonas de pressão urbanística possam ter uma taxa de IMI elevada a seis vezes. -----

A utilização de todas essas possibilidades em vez da fixação da taxa em 0,38%, proposta pelo Executivo, e que acaba por favorecer os prédios com elevado valor patrimonial tributário, poderia introduzir mais justiça fiscal, incentivar o arrendamento e penalizar fiscalmente os prédios ou frações devolutas e melhorar o financiamento das políticas municipais de habitação. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, disse que é com muito bons olhos que veem a descida do IMI de 0,39% de 2021 para 0,38% em 2022, contudo parece-lhes um esforço muito pequeno, tendo em conta, tal como está descrito no documento, desde março de 2020 o país tem vindo a combater os danos sociais e económicos causados pela pandemia Covid 19, nomeadamente através e benefícios concedidos aos agregados familiares, muitos deles atingidos por situações de desemprego e o tecido empresarial, sendo que diversas empresas tiveram de fechar ou reduzir a atividade com todos os custos que daí advêm. -----

Relembra que comparativamente aos 318 municípios do país, Valongo com uma taxa de IMI de 0,38% está entre os municípios que apresentam os valores mais elevados, podem verificar que no resto do país bastantes municípios estão a adotar a utilização da taxa mínima legal, o que lhes parece mais apropriado tendo em conta a atual conjuntura. -----

Nesse sentido o CDS recomenda a atualização da taxa para 0,30% de forma a criar medidas de apoio que realmente ajudem a mitigar o problema causado pela Covid 19. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No seguimento do exposto, e tendo em conta a redação do documento, o CDS-PP partilhando as preocupações relativas à imensa carga fiscal que se está a colocar sobre os cidadãos e empresas e Valongo não poderá votar favoravelmente o documento. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPDPSP, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que como é do conhecimento público uma das prioridades do PSD foi sempre a descida do IMI de forma que o concelho de Valongo seja mais justo e mais coeso. -----

Neste momento os valonguenses continuam, e irão continuar, a pagar uma das taxas mais altas da zona Metropolitana do Porto, como por exemplo o concelho da Maia com 0,37%, Matosinhos com 0,325%, Paços de Ferreira e Paredes com 0,30% e mesmo a cidade do Porto com 0,324%. -----

Para além disso nota-se uma falta de estratégia na política fiscal do Executivo Camarário, nomeadamente no IMI com alterações constantes de ano para ano. -----

Quando o atual Presidente da Câmara entrou em funções a taxa de IMI era de 0,36% desde lá já foi de 0,355%, 0,409%, 0,39% e agora têm 0,38%, longe da taxa mínima aplicada que é de 0,30%, que é a taxa defendida pelo PSD. -----

Essas constantes variações não introduzem qualquer confiança nas jovens famílias que poderiam pretender mudar-se para o concelho, longe vão os tempos que para chamar votos se dizia, e passo a citar, “reduzir o IMI para ajudar as famílias e empresas”. -----

Só para se ter uma noção dos valores que estão a falar, um imóvel de valor patrimonial de 100 mil euros para 0,39% de IMI o proprietário paga 390 euros por ano, com a nova taxa de 0,38% o mesmo imóvel vai passar a pagar 380 euros por ano, uma diferença de 10 euros anuais. -----

Repararam, também, que no valor do orçamento da receita de 2020, 2021, 2022 a receita prevista é sempre a mesma 12 milhões de euros, ou seja, ficam a perceber que a redução cosmética do IMI não traz nenhuma diferença nas contas da Câmara. -----

Dado que o valor de referência do IMI, que passou de 492 euros o metro quadrado para 512 euros o metro quadrado, e através do número de imóveis que deixam de estar isentos de IMI, o Executivo vai aumentar o valor total de tributação. -----

A pergunta que se impõe é como com estas variações o orçamento da receita se mantém para os 3 anos referidos nos 12 milhões. -----

Continuam a assistir à receita mal aplicada pela Autarquia, nomeadamente o investimento em betão como a nova Casa da Democracia. -----

Não chega baixar o IMI para 0,38%, o Executivo tem de ser mais ambicioso e mais determinado, no fundo ter um rumo e uma estratégia para Valongo no que diz respeito à política fiscal, instrumento essencial para garantir investimento e dar uma noção de estabilidade a quem dentro das fronteiras concelhias quer investir. -----

Perde o Município de Valongo uma verdadeira oportunidade de estar ao lado do valonguenses, aliviando a pressão fiscal de uma forma significativa e não de uma forma residual. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 1.1 - Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2022, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos, sendo aprovado por **maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 19 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Luís Miguel Pereira Caetano, 1 voto do Presidente de Junta de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Presidente de Junta de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto da Presidente de Junta de Valongo Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima. -----

Contra: 3 votos contra, sendo: 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Grupo Municipal de BE. -----

Abstenção: 9 abstenções, sendo: 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA e 1 abstenção do Grupo Municipal do PAN. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1.2 - Lançamento de Derrama sobre o Lucro Tributável de 2021, a cobrar no ano 2022. -----

A Membro do Grupo da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte intervenção: -----

*“Na atual Lei das Finanças Locais, a derrama constitui uma forma de financiamento próprio dos municípios que incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas. -----*

*A sua fixação é facultativa, sendo que as taxas aplicáveis variam de município para município, podendo atingir um máximo de 1,5%. No entanto, os municípios podem aplicar uma taxa reduzida aos sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 150 mil euros, e mesmo isentar em determinadas condições. -----*

*Em 2017, foi aprovada uma taxa que diferenciava positivamente as pequenas empresas; logo após o PS ter obtido a maioria absoluta abandonou essa diferenciação positiva, o que levou a CDU a votar contra as propostas subsequentes. -----*

*Agora, pretende o PS voltar a fazer essa diferenciação, o que consideramos positivo e por esse motivo iremos votar favoravelmente a proposta apresentada.” -----*

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que a Lei da Finanças Locais, no seu artigo 18.º, permite aos municípios o lançamento anual de uma forma especial de tributação, a Derrama, sobre os lucros as empresas que paguem IRC até ao limite máximo e 1,5% sobre o lucro tributável. -----

A cobrança da Derrama pode constituir um importante reforço de financiamento dos projetos constantes os planos e atividades dos municípios, a Lei das Finanças Locais para além de prever a taxa geral e a taxa reduzida da derrama quanto a empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros também permite a isenção da derrama. Sucede que o Executivo não tem feito utilização dessa possibilidade de tratamento fiscal diferenciado de isenção com vista a favorecer a criação de mais postos de trabalho qualificados e permanentes.

O Município de Valongo registava em outubro último mais de 3700 trabalhadores sem emprego, dados do IEFP, desses mais de 450 possuem níveis de escolaridade superior, um intolerável desperdício de conhecimentos e capacidades laborais. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Impõem-se, assim, que esse instrumento de natureza fiscal para incentivar a instalação no território municipal de atividades económicas de base tecnológica geradora de emprego permanente e com direitos. -----

Pelo exposto, e para ajudar à captação de novos empregos qualificados, apresenta a proposta à Assembleia Municipal de Valongo que possa propor que sejam isentas de derrama as empresas que se tenham estabelecido no concelho nos anos de 2020 e 2021, que desenvolvam atividade que contribua para a descarbonização da economia, e que tenham criado e mantido cinco ou mais postos de trabalho permanentes. -

-----  
A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Carla Cristina Queirós Ferreira Marques**, disse que em primeiro lugar pretendia fazer uma breve caracterização do tecido empresarial do concelho de Valongo para se compreender o impacto da taxa da Derrama tão elevada. -----

Maioritariamente o tecido empresarial é constituído por pequenas e médias empresas, têm um total de 9440 desse tipo de empresas, acrescentando mais 6 grandes empresas, se virem que 95,5% desse número são micro entidades, ou seja, são entidades com menos de 10 trabalhadores, são empresas muito pequenas, uma taxa de Derrama sobre essas empresas não tem um impacto muito forte. -----

Além disso, é importante falar do volume de negócios, o volume de negócios desse número total de empresas ronda os 1,8 mil milhões de euros, que comparado com os 3 mil milhões do Porto, os 3,5 mil milhões de Gondomar, os 6,5 mil milhões da Maia, mostra muita fragilidade nos negócios que têm, portanto é mais um dado a acrescentar à questão da Derrama Municipal. -----

Outro dado importante, também, é a densidade empresarial no concelho, o número médio de empresas por quilometro quadrado em 2009 era de 125,3, em 2019 passou para 125,7, ou seja, a variação foi positiva, houve um crescimento, convém dizer que ao longo do decanato, 6 desses anos foram sobre o Mandato do atual Presidente, que sempre fez de bandeira a atração de novas empresas para o concelho. -----

A questão que coloca é saber se essa variação, embora positiva, fraca, representa a implantação de empresas no concelho que acrescentem valor, que tragam desenvolvimento para além do incremento ao consumo, de criação de postos de trabalho com alta rotatividade, com baixas qualificações e que causem muita dificuldade da conciliação da vida pessoal com a vida profissional, será que esse crescimento, ainda que fraco, trouxe esse tipo de empresas. -----

Por outro lado, a baixa natalidade de empresas, e quando fala de empresas são empresas não financeiras, empresas que se dedicam a atividades comerciais, industriais ou agrícolas, as empresas da área financeira têm uma outra contabilidade e outro tratamento em termos estatísticos, têm os serviços à frente com 17,2%, em 2009 a taxa era bastante menor 14,5% e em 2019 de 17,2%, depois a indústria em 2019 com 8%, a agricultura e afins em 2019 com 7,5%, dados do INE e PORDATA. -----

Desta vez não se concede isenção, só se concede redução a empresas com um volume de negócios não superior a 150 mil euros que vão ter a taxa de 1%, mas não se considera isenção, tal como foi dito aqui se calhar a isenção seria uma das formas de atrair novos negócios, novas empresas para o concelho, mas a questão que se coloca é que mediante o quadro quais são as estratégias, quais são as políticas que o Executivo está a pensar para captar a fixação de empresas, empresas que gerem valor, que tragam desenvolvimento, que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

criem postos e trabalho de qualidade para que possa ser aproveitada a mão de obra altamente qualificada que nós temos no nosso concelho. -----

Além disso uma outra questão se impõe no orçamento não há referências à construção de vias estruturantes que facilitem a circulação entre os polos urbanos do concelho, isto pode ser um fator de atratividade, porque se há dificuldade dentro do concelho, dentro dos vários polos urbanos, de Alfena para Valongo, de Valongo para Campo, para Sobrado, isto também não vai ser atrativo para as empresas, porque as empresas vão-se ver presas no trânsito. -----

Por outro lado, a carga fiscal elevada de que falam que recai sobre os munícipes, os potenciais munícipes, aqueles que querem atrair para vir para cá morar, as pessoas chegam e têm falta de habitação, faz com que não haja atração da mão-de-obra para o concelho. -----

Como parar ou evitar a saída de empresas, a deslocalização das empresas para outros concelhos como foi o caso da CONTA em 2018 que saiu de Valongo e instalou-se na Maia na TECMAIA. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Silva**, disse que a questão que colocou relativamente ao IMI é a mesma relativamente à Derrama e à questão que vão ver a seguir que é a participação no IRS: -----

Manter as mesmas taxas não estão a dar um sinal claro às famílias com imóveis, às famílias sem imóveis e às empresas de que estão atentos à situação problemática que estão a viver face à pandemia Covid 19, que teve como consequência a perda de rendimento das famílias, mas também das empresas sobre tudo das médias, mas mais ainda das pequenas empresas. -----

É importante do ponto de vista do CHEGA que se pudesse reduzir a taxa para as pequenas como apoio para ultrapassar melhor a fase de dificuldades, e ao mesmo tempo se essa redução de taxas se pudesse vir a prolongar no tempo, afirmar Valongo como um concelho atrativo para o investimento. -----

Pelo menos a taxa reduzida para empresas com volume de negócio inferior a 150 mil euros deveria haver uma redução e dessa forma um sinal claro às pequenas empresas. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, disse que conforme já defendido no orçamento anterior o CDS irá votar contra, a intenção de voto prende-se com o facto de num município com o nível de desemprego tão elevado, no decorrer das preocupações relativas à Covid 19, não se aproveitar fatores como a Derrama para se criar incentivo para a criação e manutenção de empresas no concelho. -----

Em suma o CDS/PP em Valongo tem defendido um sistema variável de isenção de Derrama a empresas com menos de 3 anos, o acrescentar dessa isenção ao documento tinha como intuito e resultado promover a criação e manutenção de empresas no Município. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que se trata de um imposto sobre o lucro tributável, é uma opção que os municípios e os executivos têm. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Entendem que é equilibrado, ao contrário do que se diz, o peso dos impostos não é 1 nem 2, é no conjunto, e no conjunto o concelho de Valongo não é dos que tem maior peso, é dos que tem menor peso. -----

Sobre as empresas, a questão da Derrama só paga quem tem lucro, é justo, quiseram no ano passado fazer uma redução para as empresas que têm menor volume de negócios, em médias essas empresas pagam valores na casa do 60 a 80 euros. -----

Sobre a questão da atração de empresas, atraem muita empresas, indústrias, empresas de distribuição, há empresas que saem dos concelhos para vir para cá, outras vão para outros sítios, são decisões dos empresários. -----

O concelho tem sabido atrair empresas, tentam ser rápidos, não andaram a brincar com o PDM durante 15 anos. Durante 15 anos quem antes deles estava lá andou a brincar à revisão do PDM, mal entraram, em minoria, com muitas dificuldades, acabaram com a revisão do PDM, que acabou por atrair para o concelho por exemplo a Gerónimo Martins. -----

Recentemente aprovaram o PUZIEC que, também, há 30 anos andavam a brincar, fazem aquilo que devem fazer, planeiam, respondem rápido e atraem investimento. -----

Neste momento no terreno estão investidos cerca de 300 milhões, não só indústrias e empresas entra também a construção, as superfícies comerciais têm um peso diminuto não criam muitos postos de trabalho, uma distribuidora cria, a Gerónimo Martins tem centenas de postos de trabalho, muitos já existiam, mas a maior parte deles foram criados do zero, ainda é, e vai ser durante muitos anos, a maior central logística e tem possibilidade de crescer mais 8 mil metros. -----

Estão com muitos projetos, neste momento na Câmara Municipal, estimam 50 milhões, o concelho tem algo muito importante, tem, tem uma boa localização estratégica, fazem aquilo que lhes compete, sobre tudo ser rápidos. -----

Alteram, muito cedo, a tabela de taxas, não tinham uma tabela de taxas para quem investe competitiva, mal puderam fizeram um exercício de comparação com vários concelhos, um investimento que seja superior a 1 milhão de euros que crie 20 ou 30 postos de trabalho pode beneficiar de um desconto até 80%, o que é muito competitivo, isso pesa e a prova é que têm atraído empresas, mas as empresas virem para Valongo é uma decisão das empresas, ou saírem, depende de muitas coisas. -----

Neste momento têm vindo a trabalhar ao longo dos anos no sentido de dar visibilidade ao Porto Seco da SPC, que veio há uns anos para cá, nunca foi muito acarinhado, eles têm acarinhado essa estrutura e a verdade é que eles têm investido, fizeram um investimento de 2 milhões de euros há pouco tempo e vão, agora, preparar-se para fazer um grande investimento para tornar o Porto Seco de Campo muito apelativo. -----

Valongo não tendo ligação ao mar está ligado ao mar, têm a possibilidade de dar às empresas industriais e não só de colocarem os contentores, as suas encomendas sem irem a Leixões, é o único Porto Seco que existe desde o Minho até ao Entroncamento. -----

O último documento de análise financeira das contas municipais da CCDR que analisa as receitas, as despesas têm um valor per capita o que até é grave porque mostra como têm muitas dificuldades, fazem uma avaliação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

da receita per capita, o concelho de Valongo em 89 concelhos da região norte é o que tem menos receita per capita. -----

Têm tendência a falar naquilo que lhes interessa, quando dão a possibilidade de comprar qualquer livro que lhes pedem é um custo, quando têm um programa de férias dos mais baratos sendo mesmo o mais barato na Área Metropolitana isso tem um custo, quando têm um programa como o ASA que tem quase 900 pessoas que é gratuito isso tem custos, as férias escolares custam quase 200 mil euros, mas é dinheiro que não cobram aos pais, quando se compram computadores para as escolas, quando se investe nas escolas, quando se fazem intervenções tudo isso é redistribuído, só se redistribui quando se tem. -----

Entrar na política perigosa de anunciar que tudo é possível sem ter recursos financeiros é muito perigoso, isso só facilita a vida a quem tem mesmo riqueza, esses nunca sofrem nada, os que precisam das coisas sofrem muito com os anúncios da redução dos impostos, normalmente quadros fiscais mínimos são ótimos para quem é rico, são péssimos para quem é pobre, é isso que acha, que há uma insensibilidade das pessoas que falam desses assuntos sem que os pobres, que são muitos, precisam muito de políticas públicas, e as políticas públicas só existem com recursos públicos e com impostos, não ter a coragem de dizer isso não é fazer um favor às pessoas, é criar a ilusão de que tudo é possível sem a cobrança de impostos. -----

Têm uma política muito equilibrada para as famílias que trabalham, para as famílias que dão o seu contributo, para poderem ter políticas públicas que ajudem as IPSS, que ajudem as escolas, que façam intervenção, tudo o resto é demagogia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 1.2 - Lançamento de Derrama sobre o Lucro Tributável de 2021, a cobrar no ano 2022, sendo aprovado por **maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 19 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Luís Miguel Pereira Caetano, 1 voto do Presidente de Junta de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Presidente de Junta de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto da Presidente de Junta de Valongo Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima. -----

Contra: 10 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal do CHEGA e 1 voto do Grupo Municipal do PAN. -----

Abstenção: 2 abstenções, sendo: 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Grupo Municipal Nós Cidadãos. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1.3 - Participação Variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano de 2022. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte intervenção: -----

*“A cada ano, todos os municípios têm direito a uma participação variável de até 5% no IRS dos seus municípios. Se a taxa estipulada pelo município for inferior a 5%, a diferença reverte a favor dos municípios.* -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*Por exemplo, no município de Vila Nova de Gaia, a taxa estipulada para o ano de 2021 foi de 4%, significando que será devolvido aos Gaienses 1% do IRS coletado. Para um munícipe que tenha uma coleta líquida anual de 10 mil euros (com um vencimento mensal médio de cerca de 715€), serão devolvidos 100€.* -----

*O Partido Socialista, ao longo dos sucessivos mandatos, entendeu manter a aplicação da Participação Variável de IRS na taxa máxima.* -----

*Num ano particularmente difícil para todos os trabalhadores, para além da penalização imposta a quem trabalha, a questão que colocamos é: na realidade, em que é que aplica a Câmara estes valores e a favor de quem? Ficarà condicionada a atividade da Câmara Municipal de Valongo se a taxa for mais baixa? A quem fará mais falta esta verba? À Câmara Municipal de Valongo ou aos Valonguenses?* -----

*Pelo exposto, e mantendo a posição que assumimos nas anteriores Assembleias Municipais, iremos votar contra.”* -----

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Carla Cristina Queirós Ferreira Marques**, disse que não é a favor da não cobrança de impostos, uma Câmara tem a sua fonte de receitas essencialmente tributária, não é demagogia fazer uma gestão diferente dos impostos que cobram. -----

A questão da participação variável da Autarquia no IRS faz toda a diferença, faz mais diferença para o munícipe do que o impacto que terá na receita tributária da Câmara, 10 mil euros de coleta implica uma ressecção para o munícipe na ordem dos 100 euros, é muito dinheiro, faz muita diferença, se calhar à Câmara faz diferença, mas não fará tanta diferença como no orçamento familiar. -----

A questão dos impostos e das mais-valias que se pode tirar acima de tudo vai refletir uma política despesista, que se tem vindo a assistir, em sede de votação irão votar contra a proposta. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, disse que conforme já defendido no orçamento anterior o CDS/PP irá votar contra, a intenção de voto prende-se, mais uma vez, com o facto de se criar um esforço financeiro no Município com tantas dificuldades como o de Valongo. -----

Parece-lhes um mau aproveitamento dos recursos dos valonguenses manter a proposta do IRS nos 5%, sabendo que uma redução da taxa iria criar um desafio económico aos valonguenses. -----

Tendo em conta o impacto da Covid 19, e a situação económica e financeira do país, podem constatar que uma parte dos municípios já está a conceder benefícios aos contribuintes com domicílio fiscal na sua área geográfica. -----

Se o Município de Valongo fixasse a taxa em 4,5% a taxa de devolução que o munícipe receberia seria de 0,5%, ou seja a taxa de devolução seria a diferença entre a taxa máxima de 5% e a participação no IRS escolhida pelo Município, um valonguense com uma coleta líquida de 10 mil euros a taxa traduzir-se-ia num valor correspondente a 50 euros. -----

Assim, o CDS/PP defende uma taxa mais reduzida e que dessa forma mantenha mais valor dentro do orçamento dos valonguenses. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Silva**, disse que demagogia é dizerem-se preocupados com a fase pandémica e com a quebra abrupta do rendimento das famílias e depois não fazer um pouquinho que seja a favor das famílias, no caso a favor de quem trabalha e quem paga IRS. -----  
Recentemente a Câmara Municipal do Porto anunciou que baixaria a taxa de participação no IRS para 4,5%, isso sim, é dizer que estão preocupados com a quebra de rendimento das famílias e depois fazer um pouquinho que seja de esforço em termos de orçamento da Câmara Municipal, para ir ao encontro das famílias. -----  
É certo que as políticas sociais fazem-se com impostos de todos, mas também se fazem cortando desperdícios, chamadas gorduras, e também se fazem evitando muitas vezes obras megalómanas, em que é possível depois ter um ponto de equilíbrio e fazer face às necessidades das famílias quando elas necessitam. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 1.3 - Participação Variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano de 2022, sendo aprovado por **maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 18 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Luís Miguel Pereira Caetano, 1 voto do Presidente de Junta de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Presidente de Junta de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto da Presidente de Junta de Valongo Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima. -----

Contra: 12 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal do CHEGA e 1 voto do Grupo Municipal do PAN. -----

Abstenção: 1 abstenção do Grupo Municipal Nós Cidadãos. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1.4 - Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2022. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte intervenção: -----

*“Em oposição às taxas votadas nos pontos anteriores, a taxa que está neste momento em debate não onera os valonguenses, mas sim as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas, ou seja, multinacionais com lucros elevados. -----*

*Para além disso, estas empresas não podem refletir nos valores cobrados aos clientes o valor da taxa, o que significa que os valores cobrados não dependem da taxa que hoje aqui decidirmos, nem irá variar de concelho para concelho. -----*

*Por esse motivo, iremos votar favoravelmente a proposta da Câmara Municipal.” -----*

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que estará a fazer uma interpretação errada, mas a forma como ocorreu permitiu que interpretasse que quer o Executivo quer a





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

bancada que o suporta, e sabem que há maioria, logo a intervenção da primeira Membro fez questão de sublinhar esse pormenor. -----

Sabem que quando o PS resolve votar de qualquer maneira, está votado, toda a gente sabe, mas também é verdade que os que não votaram PS e votaram nos outros também são cidadãos do Município têm de ser representados e apresentada a sua opinião. -----

De uma forma global todos têm o direito de concordar ou não, e não é demagogia, é o simples exercício de um direito, o simples cumprimento de uma obrigação que os munícipes que os elegeram lhes impuseram. -----

A posição do Grupo Municipal do PSD, relativamente aos impostos, não tem nada a ver com a hipotética teoria de que não se deve cobrar impostos, o PSD é um partido institucional, sabe que para fazer obra é preciso ter dinheiro, e para ter dinheiro é preciso cobrar impostos, o problema é como se utiliza o dinheiro. -----

Quando se vota, quando se tem uma opinião sobre determinado imposto poderá não ter a ver com a percentagem que está em causa, mas com a forma como se vai gastar essa percentagem, e com o benefício para a população direta, ou indiretamente, ser cobrado para a pessoa gastar mal, ou não ser cobrado para a pessoa poupar bem. -----

É um princípio que o PSD, como é normal quando pensa votar a favor ou contra tem em consideração vários condicionalismos e vários princípios, o princípio é claro a questão não é o imposto em si mesmo, a questão é para que é o imposto, se é mais benéfico ficar no bolso do cidadão que precisa do dinheiro ou para ficar na Câmara para gastar como acham que em alguns casos é mal gasto. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse lhe parece que estão a divergir os motivos do assunto que estão a discutir, parece-lhe que a intervenção foi uma intervenção que tenta falar de tudo menos do ponto que se está a discutir, quem os estiver a ver e ouvir nem percebe do que estão a discutir. -  
Relativamente ao ponto vão votar favoravelmente, o respeito pelos resultados eleitorais não é uma roleta, o respeito por aquilo que a população de Valongo votou não é uma roleta. -----

De facto, tem de se respeitar as outras votações, mas parece evidente que não foi a melhor ocasião para fazer uso disso, pede à Mesa que tenha controlo relativamente a essas opiniões. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 1.4 - Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2022, sendo aprovado por **maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 21 votos a favor, sendo: sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Luís Miguel Pereira Caetano, 1 voto do Presidente de Junta de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Presidente de Junta de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto da Presidente de Junta de Valongo Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima. -----

Contra: 7 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD e 1 voto do Grupo Municipal do PAN. ---



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Abstenção: 3 abstenções, sendo: 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1.5 – 1.<sup>a</sup> Correção Material do Plano de Urbanização da Zona Industrial e Empresarial de Campo, não se tendo verificado intervenções foi colocado á votação e aprovado por unanimidade. -----

Colocou seguidamente à votação o ponto 1.6 - Proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Valongo, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e aprovado por **maioria** com 29 votos a favor, 1 voto contra do Grupo Municipal do PAN e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 1.7 – Orçamento e Grandes Opções do Plano/2022 - Mapa de Pessoal/2022 - Plano de Atividades e Orçamento da Vallis Habita/2022. -----

A Membro do Grupo Municipal do PAN, **Sónia Maria Bacelar Brochado Coutinho**, disse que o PAN está presente na política de Valongo de forma responsável e de modo construtivo, pretendem estabelecer pontos políticos que permitam suprir as necessidades dos munícipes, implementar as soluções pelas quais os valonguenses votaram para que o PAN estivesse representado na Assembleia. -----

Foi com agrado que verificaram que Valongo terá o CRO alargado e a aposta na melhoria das condições de mobilidade para o próximo ano. -----

No entanto é com alguma frustração que se depararam com grandes opções para o orçamento de 2022 do Município de Valongo que revelam a preocupação crescente com a imagem do Município para o exterior, fundamentalmente, tapando os olhos aos problemas que persistem. -----

Há um crescente incentivo para que Valongo seja visitado e que as pessoas usufruam do património natural, questionam se alguma vez o Executivo pensou que a invasão dos espaços naturais poderá levar ao confronto entre pessoas e matilhas, sabem que é um problema real. -----

A problemática das matilhas tem sido desprezada, que podem pensar as pessoas ao visitar os espaços naturais do concelho ao depararem-se com matilhas descontroladas, não valará a pena atuar na prevenção com a esterilização de canídeos, o controlo do seu número e limitação dos espaços onde estão presentes. -----

Pela proposta em discussão surge a confirmação que o Executivo não pensa duas vezes quando tem a possibilidade de beneficiar dos louros dos trabalhos dos seus habitantes, notam isso nas decisões tomadas quanto ao lançamento da Derrama, taxa relativa à participação variável do IRS e Taxa Municipal de Direitos de Passagem. -----

Analisando todas as opções de despesa fica a ideia de que haveria outras vias de receita que não afetassem a gestão financeira dos munícipes, e investidores no concelho. -----

No documento sobre o orçamento para 2022 há uma presença constante na falta de detalhe na atribuição de despesas a serem efetuadas em 2022, ficando valores representativos frequentemente associados à categoria de outros. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No orçamento não se priorizam as causas ambientais, havendo sim um aproveitamento dessas causas para a criação de uma imagem ambientalista para o concelho, no orçamento não há uma resolução eficaz aos problemas associados aos animais, não se colocam os interesses dos valonguenses em primeiro. -----

Por tudo isso o PAN não pode ser a favor desse caminho planeado para 2022, no entanto há no orçamento medidas que são de louvar, que têm de ser aplicadas com urgência para dar resposta às dificuldades que se avizinham em consequência da situação pandémica que vivem. -----

Nesse sentido o PAN não irá dar um voto travão ao orçamento optando, assim, pelo mal menor que é a abstenção. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que o orçamento apresentado prevê um IPC, está baseado sobre a revisão do Índice de Preços no Consumidor, 1,4 em 2022, 1,5 em 2023 a 2025, isso já pesa um bocadinho por defeito, porque os últimos meses têm demonstrado o quanto a inflação está a subir. -----

O Executivo Municipal propõe-se a valorizar e requalificar recursos humanos e o serviço público desenvolvido pelos mesmos, propõe-se tornar o concelho mais inclusivo no que respeita às acessibilidades, promovendo a mobilidade suave e a eliminação e barreiras nos passeios. -----

O BE apresentou a proposta para adoção a tarifa social automática da água, para a criação de um serviço e transporte público que sirva as populações mais envelhecidas, mais necessitadas e mais distantes dos serviços públicos, a inscrição e rúbrica que permitisse o início do processo de construção e nova habitação pública, entre outras. -----

Da resposta do senhor Presidente da Câmara sobre a sua prepotência assente nos resultados comunicou que o povo lhe deu uma maioria sem fazer qualquer promessa, pelo que iria seguir o seu programa, logo, se há coisa que o orçamento e grandes opções do plano não poderia ser é ser mais inclusivo. -----

O orçamento é apelidado de inclusivo, onde poderia incluir as propostas apresentadas das várias forças representativas do Município, mas na realidade é o orçamento do PS, apresentado sempre como elogio à atual governação. -----

São muitas as rúbricas no orçamento com verbas precisamente para abrir a rúbrica, com os valores inscritos, o que os leva a entender que será mais um ano a solicitar autorizações de empréstimos para investimentos em obras, deixando assim a ideia de um orçamento pouco rigoroso, para o BE mais abrangência nas propostas seria um caminho muito melhor em algumas áreas. -----

Uma análise transversal ao quadro do pessoal destaca-se as carências ao nível de recursos humanos, reconhece a Câmara Municipal no mapa apresentado que há mais de 200 postos e trabalho por preencher, o que significa que há cerca de 17% de vagas por preencher, ora consolidar contas públicas pelo meio de redução de trabalhadores diminuído o serviço prestado, penalizando os munícipes em tempo de espera entendem não ser a melhor opção. -----

Quanto ao plano de atividades e orçamento da Vallis Habita entendem que a atividade da empresa municipal está subaproveitada, pois limita-se a cobrar rendas e a pequenas intervenções. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Entendem que deveria apresentar um orçamento tendo como principal prioridade o garantir o Primeiro Direito, apostando na ampliação do parque habitacional público, é um investimento avultado inicial, mas com garantia de retorno através das rendas, permitindo dessa forma não só suprir as carências habitacionais, mas também combater a especulação imobiliária que atinge valores cada vez mais desajustados com os rendimentos da maioria dos trabalhadores e dos pensionistas, em Valongo cada vez são menos os senhorios proprietários que querem continuar a ser senhorios e proprietários e não se transformar em especuladores. -----

Por ser o orçamento do PS, e só o orçamento do PS, assim como o mapa e pessoal com excessivas vagas por preencher e uma empresa municipal de habitação que pouco mais é do que cobradora de rendas, o voto do BE será contra. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Rogério Henrique Palhau**, disse que o senhor Presidente da Câmara tem vários slogans que entraram, e bem, na população e a população respondeu, não está a apreciar se é mal se é bem o seu papel, mas diz nomeadamente duas ou três coisas como máximas, contas certas e avança, por exemplo, com a construção da Casa da Democracia, a nova Câmara, a Oficina o Brinquedo, justificando que faz isso de forma a maximizar as participações dos fundos comunitários. -----

Desde logo uma primeira pergunta, quanto é que a Câmara vai receber do fundo comunitário para ajuda à construção quer da Câmara, quer da Oficina do Brinquedo, isso grosso modo estão a falar em 15 milhões de euros, o custo das duas obras. -----

Depois diz, também, que tem como principais apostas a educação, a ação social, integrar um caminho de sustentabilidade das finanças públicas, das finanças da Câmara, das contas da Câmara. -----

O investimento previsto no orçamento, o grosso tem a ver com a construção da Câmara e com a construção da Oficina do Brinquedo, reformular, estruturar, preparar o concelho para o futuro é dessa forma? Fazendo um edifício para albergar os serviços da Câmara, é necessário, é fundamental? Vai ajudar a conquistar os tais 10 anos que os jovens aspiram e querem saber de resposta? -----

O grosso do investimento é de facto a construção e imóveis e não são investimento que possa fomentar crescimento no futuro, não está a dizer que não é necessário, a questão é nesta altura em função das circunstâncias, das necessidades será certo optar por esse tipo de investimento? Pensam que não, continuam a achar que é importante ter uma Câmara nova, mas não acham que seja a altura certa, pois haveria formas mais bem importantes de gastar o dinheiro dos contribuintes, por isso é que se opuseram em retirar o máximo de impostos possíveis. -----

Têm uma Derrama no máximo, o IMI quase no máximo e mesmo o IMI quase no máximo conforme está apresentado tem muitas dúvidas sobre as contas, pois o imposto resultante do IMI seja qual for a taxa o resultado total é 12 milhões. -----

Este ano há um pormenor importante, mesmo retirando 0,1%, conforme está revisto no orçamento o imposto de transmissões onerosas 5 milhões e 300 mil, sobe 1 milhão e 300 mil relativamente a 2021, quer dizer que a Câmara está a prever que haja várias compras, mas as várias compras promovem quase que automaticamente,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

o aumento do IMI, quando há transmissão há avaliação e os preços sobem, as avaliações são feitas de uma forma muito deficiente e baratas. -----

Portanto, se a Câmara prevê um aumento de 1 milhão e 300 mil, se prevê aumentar 32% o IMT, mesmo com a redução de 0,1% no IMI não bate a conta certa ao dar o mesmo montante, tem de dar mais dinheiro. -----

Depois, o desejo, sublinhado pelo senhor Presidente, educação, ação social, mas no orçamento apresentado a educação tem um acréscimo de 9,87%, a ação social 10,1543%, não bate a cara com a careta. -----

O fim para o qual se usa o grosso dos impostos, com o qual não concordamos, o fim para o qual em público se diz que são esses impostos não correspondem ao que está no orçamento. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte intervenção: -----

*“O documento apresentado em 2021, e que hoje com muito poucas alterações vem novamente para discussão, contém medidas e ações que a CDU subscreve e que também proporia, caso governasse a Câmara Municipal de Valongo. São muitas das obras elencadas necessárias e há muito prometidas. O aumento do investimento de capital na ordem dos 14,76% face ao ano anterior, bem como o recurso a fundos comunitários, são também fatores importantes e positivos, que julgamos deverem ser realçados. -----*

*São exemplos de bons investimentos a requalificação da Escola Básica Vallis Longus, a requalificação da Escola Secundária de Valongo, o investimento no Parque do Leça em Alfena, a requalificação do Mercado de Ermesinde e do espaço envolvente da feira, a reabilitação do pavilhão da Bela, a reabilitação da piscina municipal de Ermesinde, a construção do circuito pedonal do rio Ferreira, a oficina do brinquedo tradicional, a construção da piscina em Campo e a construção dos novos Paços do Concelho. -----*

*Mas apesar da pertinência destas obras, não podemos analisar esta proposta de orçamento sem equacionar se o modo como algumas destas obras serão executadas estão de acordo com o que é aquilo que o concelho necessita, bem como se o PS conseguirá concretizar muitas destas medidas, já que este mesmo executivo inscreveu várias ações nos seus orçamentos anteriores, sem que as mesmas fossem concretizadas. -----*

*Tomemos por exemplo o projeto de construção da piscina em Campo. Todos concordamos que é agradável termos no concelho uma piscina ao ar livre, mas também todos conseguimos imaginar quanto custará a manutenção dessa piscina e quantos meses terá essa piscina funcionalidade. Não seria mais inteligente e cauteloso a abertura de outro tipo de estrutura que servisse a população durante todo o ano? Não teria esta opção maior sustentabilidade? -----*

*Outro exemplo é a construção dos novos Paços do Concelho. Qualquer avaliação séria e não demagógica considerará que faz todo o sentido a existência de um edifício adequado e digno, da propriedade da Câmara Municipal, e que permita a instalação e concentração dos diferentes serviços camarários num mesmo espaço físico. No entanto, fará sentido a megalómana obra proposta, com custos igualmente megalómanos? Não seria mais vantajoso e benéfico para a população investir de modo mais comedido na construção dos novos Paços do Concelho e, por exemplo, cobrar taxas menos gravosas aos valonguenses? Se é verdade que se prevê para o próximo ano uma diminuição do IMI e da derrama, medidas consideramos positivas, não é menos verdade que*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*essa diminuição é sobretudo simbólica e não se refletirá de modo significativo na estrutura de rendimentos dos valonguenses.* -----

*Não podemos, ainda, deixar de dar o devido realce à opção de manutenção das concessões de serviços públicos a privados, opção essa que já revelou ter consequências desastrosas, nomeadamente para o erário municipal e para as famílias, que vêm repercutidos nos seus gastos quotidianos o peso financeiro daquela opção.* -----

*Pela análise global que fazemos das opções refletidas nestes documentos e pelos motivos apresentados, iremos abster-nos na votação deste Orçamento e Grandes Opções do Plano/2022.”* -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Anabela Maria Freire de Sousa**, disse que sendo o primeiro orçamento do terceiro mandato acham por pertinente visitar o orçamento e grandes opções do plano do primeiro ano de governação o PS, encabeçado por José Manuel Ribeiro. -----

Podem, então, constatar que o orçamento ascendia a cerca de 32,5 milhões de euros e que a situação económica e financeira o Município era bastante frágil, dado o excesso de endividamento e os constrangimentos do PAEL. -----

Nesse mesmo documento foram assumidas as grandes prioridades para a governação, a ação social, a educação, o desporto, a captação de investimento para a criação de riqueza e emprego, a promoção ativa de toda a riqueza patrimonial e cultural do concelho como a lousa, o biscoito, a regueifa, o pão, o brinquedo, as bugiadas, as serras e os rios, a afirmação de Valongo como primeiro destino na Área Metropolitana para a prática de atividades desportivas e de lazer outdoor, modernização e aposta na desmaterialização dos serviços municipais com aumento na qualidade de vida dos munícipes. -----

Volvidos 8 anos em sede de análise do novo orçamento verificam que o seu valor mais do que duplicou situando-se agora nos 78,6 milhões de euros. -----

Constatam, também, se na altura o serviço da dívida representava 13,6% do valor da receita corrente, em 2022 representará apenas 4,45%, dados que são bem demonstrativos da recuperação financeira preconizada pela governação do PS. -----

No que concerne aos objetivos estratégicos e demonstrando uma atuação coerente, planeada e estrategicamente concebida, o orçamento reflete a continuação da aposta na ação social, através do aumento do Fundo de Emergência Social e da dinamização das redes locais, que contribuam para a sustentabilidade dos agentes intervenientes, nomeadamente as IPSS. -----

Na área social o município de Valongo é hoje no país o oitavo investidor social, e o quarto maior investidor social na região norte, em 2022 continuará com os projetos como o ASA, Segundas Oportunidades, Eu e a Minha Reforma, Simplifique o Autoemprego, a Casa do Xisto, entre muitos outros. -----

Também, em 2022 o Município iniciará a implementação da Estratégia Municipal de Habitação, à luz do Programa Primeiro Direito que pretende resolver a situação de 855 famílias que vivem em condições indignas no concelho. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A aposta na educação sai reforçada, desde logo por força da aceitação em 2021 da transferência da competência da Administração Central, o que representou um forte desafio a vários níveis para os serviços municipais, bem como a oportunidade de garantir um serviço mais próximo e ajustado às necessidades da comunidade escolar do concelho, sendo que os resultados obtidos até ao momento são positivos. -----

O projeto Mais Val, devido ao sucesso alcançado, continuará a funcionar com os recursos afetos pela Autarquia, prosseguirá o investimento nas Salas do Futuro em software e equipamento informático, não deixando de lado as ações auxiliares ao ensino como as refeições escolares, o transporte e as atividades de apoio à família. -----

Será igualmente dada continuidade à requalificação das escolas do primeiro ciclo, da E.B. Vallis Longus e da Secundária de Valongo. -----

Quanto ao desporto terão a conclusão das obras de reabilitação do pavilhão da Bela, do Complexo Desportivo dos Montes da Costa e da Piscina municipal de Ermesinde. -----

Em 2022 Valongo continuará a afirmar-se como destino privilegiado para a prática das atividades desportivas e de lazer outdoor, quer pela dinamização e ampliação dos equipamentos já existentes como o Centro BTT, o Centro Trail Running, o Centro de Trilhos Equestres, quer pelo investimento em novos equipamentos como o Centro de Escalada e a criação de circuitos de visitação como é o caso da Escadaria da Cucamacuca. -----

Em 2022 reforça-se, também, a aposta na promoção do concelho pela divulgação e afirmação das suas marcas identitárias como as serras, o Parque das Serras do Porto, o património religioso e mineiro, a ardósia, o brinquedo tradicional, a regueifa e o biscoito, as bugiadas e as mouriscadas, Oficina da Regueifa e do Biscoito justar-se-á a Oficina do Brinquedo Tradicional. -----

No que à cultura respeita serão de realçar dois investimentos que pelo seu simbolismo deixarão uma marca incontornável no concelho, a aquisição do cinema de Ermesinde e a Casa do Consolado do Equador, no futuro constituirão mais dois polos emblemáticos para o desenvolvimento de atividades e iniciativas culturais, as quais aliás têm vindo ao longo dos anos a afirmar-se pela sua diversidade e pela sua qualidade, do teatro aos concertos, à promoção da leitura e às exposições. -----

No próximo ano prosseguirá o investimento na beneficiação dos arruamentos do concelho e nas acessibilidades promovendo a acessibilidade suave e a eliminação de barreiras nos passeios. -----

Em 2022 seguirá a aposta nos espaços lúdicos e de lazer, promovendo a qualidade de vida dos munícipes, são exemplo a construção de um circuito pedonal ao longo do rio Ferreira, de uma piscina ao ar livre na Quinta do Passal em Campo, bem como do Parque do Leça em Alfena. -----

O ambiente continuará a ser uma das prioridades como demonstra o investimento feito em parques de lazer e circuitos. -----

Ao nível da organização dos serviços se assistirá à continuação do processo de modernização administrativa, designadamente a desmaterialização total dos processos e serviços. -----

A Casa da Democracia Local, em fase de construção, será um edifício icónico quer pela sua arquitetura, quer pela sua múltipla funcionalidade, conferindo melhores condições para todos quantos trabalham e utilizam os Paços do Concelho, com impacto positivo nos custos de eficiência. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Estão perante um orçamento ambicioso que traduz o que a governação planeou e ambicionou para o concelho de Valongo, um orçamento tecnicamente bem elaborado, cumprindo todas as regras legalmente impostas, um orçamento suportado em 38% por receita próprias da Autarquia e que ainda assim permite acomodar uma diminuição no IMI e a manutenção da isenção das taxas pela ocupação do espaço público, medidas de importância fulcral para os cidadãos e para o comércio. -----

É um documento sério e reflete-se num plano estratégico, coerente e estruturado, razões pelas quais o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Jorge Manuel Mendes da Silva**, disse que a primeira questão que pretendia colocar relativamente ao orçamento é uma questão mais de ordem formal, o orçamento é feito com base em determinadas regras, com base num conjunto de entidades que certificam a forma como ele é elaborado, mas comparativamente a orçamentos de outras câmaras municipais parece-lhe que há um enfoque demasiado nos outros, outros diversos, outras despesas. -----

Ou seja, todos sabem que se num relatório e contas da administração do condomínio tiver lá na rubrica água 100 euros, luz 130 euros, outros diversos ou outras despesas 90 euros qualquer um fica sem perceber exatamente a que correspondem aqueles 90 euros, ou seja um valor de 90 euros, para 130 ou 100 euros há ali uma proximidade do valor outros relativamente aos valores da mesma rubrica que fica sem explicação, a não ser que se requeira depois essa explicação. -----

Portanto, uma coisa que o chamou à atenção foi que em todas as rubricas, em todos os capítulos, os outros representam valores elevados tendo em consideração o valor total da rubrica. -----

Por exemplo o capítulo económico aquisição de bens e serviços constam entre outras rubricas – aquisição de outros bem 689 mil euros; aquisição de outros trabalhos especializados 2 milhões 264; aquisição de outros serviços 5 milhões 690 – ou seja no total dessa rubrica que é de 17 milhões 709 mil 909 euros, tem um total de outros de 8 milhões 634 mil 839 euros, ou seja outro 47,7% do valor total da rubrica. -----

Parece-lhe que 5% de outros numa rubrica faz sentido, terá justificação, há pequenas rubricas que não dá para enumerar, justificar, nomear, denominar. -----

Quanto ao orçamento de substância há duas questões, têm os orçamentos de 2019, 2020, 2021, 2022 em que há uma discriminação dos impostos a receber, mas depois quando vão às contas, ao que realmente a Câmara arrecadou em impostos no ano passado têm contas total x, mas não sabem quanto é que a Câmara recebeu realmente de IMI, de IMT e de outros impostos, ou seja, isso consta do orçamento, a previsão de quanto é que se prevê receber, mas depois quando vão às contas não sabem efetivamente quais os montantes que foram recebidos em cada um desses impostos. -----

Da leitura do orçamento parece-lhe que há uma forma de procurar que o orçamento, enquanto previsão de receitas e despesas, seja um orçamento equilibrado, sendo que em alguns casos há uma propensão para elevar o valor daquilo que são as receitas e baixar um pouco aquilo que é o valor das despesas para conseguir apresentar um orçamento equilibrado. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Chamou-lhe à atenção a questão do IMT, um aumento de 32,5%, não lhe parece que o mercado de transação de imóveis esteja assim tão dinâmico que vá proporcionar um aumento de receita na ordem de 32,5%, um exemplo do que lhe parece uma sobrevalorização da previsão, ao mesmo tempo que há uma redução daquilo que é suposto serem as despesas, como por exemplo remunerações certas e permanentes aumentou 11%, mas depois os encargos para a segurança social reduzem-se em 3,5%, não conseguindo encontrar uma explicação que justifique que as remunerações certas e permanentes aumentem 11%, por via do aumento anual, mas que os encargos com a segurança social vão reduzir 3,5%. -----

Quer a questão formal, não justificar determinadas despesas com montantes elevados, quer depois as previsões orçamentais ora aqui sobrevaloriza, ora aqui subvaloriza, leva a que em 2019 as alterações e revisões orçamentais foram 15, em 2020 foram 22 e até 15.11.2021 já tinham sido realizadas 16, há necessidade de correções constantes que resulta de não serem mais aproximados, ter uma aproximação maior àquilo que são as receitas e as despesas. -----

Existe a questão que para eles é primordial, que tem a ver com a tal demagogia, a Câmara Municipal justifica a necessidade de construção do novo edifício dos Paços do Concelho, entre outras coisas, com a necessidade de acolher mais funcionários, portanto o Executivo é obrigado a dispersar serviços e arquivos por vários locais do concelho, no entendimento do CHEGA vai já haver um aumento considerável de pessoal, onde vão albergar esse pessoal uma vez que o edifício ainda não está construído, sendo que é uma das justificações para a sua construção -----

Depois a questão da descentralização falam tanto em descentralização, depois querem construir um edifício megalómano onde vão concentrar tudo, ou falam em descentralizar ou falam de centralizar, aquilo que parece é que o novo edifício dos Paços do Concelho vai centralizar ainda mais. -----

Aquilo que defendem é que há um conjunto de serviços prestados pela Câmara Municipal que era bom que fossem ainda mais descentralizados, que quando a população de Campo e Sobrado, de Alfena, de Ermesinde quer aceder a esse serviço, como é o caso de projetos em Ermesinde onde já se pode ir lá entregar processos, fazer processos, mas que isso seja possível em todas as freguesias do concelho e outros serviços, porque aí sim, aí têm uma verdadeira política para os cidadãos, têm um tempo de atendimento mais reduzido e uma qualidade maior no atendimento, porque o atendimento, provavelmente, será mais personalizado. -----

A questão das ações de urbanismo tático nos centros urbanos de Ermesinde e de Valongo, refere-se a ações provisórias de novos conceitos de mobilidade de devolver o centro às pessoas, está completamente de acordo com isso, o CHEGA é completamente de acordo com isso, está no programa, agora não façam esse tipo de experiências na rua da Costa, em Ermesinde, porque é uma rua de acesso a várias escolas, quem vai a Barcelona percebe que esse tipo de situações são mesmo para condicionar o trânsito, para não haver trânsito exceto as situações de moradores, ambulâncias ou cargas e descargas, é quase impossível querer condicionar o trânsito numa rua que serve várias escolas, que várias famílias utilizam para levar os filhos à escola. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Daniel Filipe Dias Feliz**, disse que um orçamento expõe em números estratégias de quem governa, no caso quem ganhou as últimas eleições, de qualquer modo isso possibilita a quem foi eleito demonstrar tudo o que poderia fazer de forma diferente. -----

Quando vivem em democracia todos acrescentam sempre mais, ou algo mais, a quem governa que está à frente do destino do concelho que hoje pode ser a pessoa A na figura do senhor Presidente e amanhã pode ser outra pessoa desde que vá a sufrágio. -----

Relativamente ao orçamento apresentado tecnicamente está configurado de forma perfeita, ou seja, os valores batem ao cêntimo, agora o que diverge da posição do PSD são as grandes opções que estão incrementadas. ---

Salta a olho nu que é um orçamento que tem menos educação, menos desporto, menos ação social, porque num orçamento que está bem feito lá é demonstrado que a educação tem uma dotação de verba de menos 9,81%, o desporto tem uma dotação de investimento de menos 11,03%, a ação social tem uma dotação de menos 15,43%. Questiona, numa época de pandemia, em que a função social, a componente social está mais fragilizada devido ao tempo em que vivem não era de reforçar as verbas em vez de retirar -----

Quando tudo está a aplicar aumento significativo na ação social, aumento significativo na componente de lazer e desporto porque as pessoas e instituições quando tudo passar e durante a pandemia estão-se a ver com muitas dificuldades para conseguir fazer face e conseguir ter as portas abertas para receber os praticantes, para receber jovens, os idosos e estão a retirar. -----

Na penúltima reunião de Câmara foi dito que o concelho não tem ninguém na rua, fica contente como valonguense, todos devem ficar contentes como valonguenses de que não há ninguém na rua, de qualquer maneira, um corte substancial na ação social em que como foi dito e bem tudo é pouco, quando recebem um corte substancial face ao ano transato ficam um pouco incrédulos. -----

Desde que a Câmara é governada pelo Presidente José Manuel Ribeiro houve uma duplicação de funcionários, essa duplicação deve ter uma filosofia, um princípio e um fim a atingir, lembra que o custo corrente com a despesa de pessoal já está incrementada em 26%, já passa dos 26%, não está a dizer que os funcionários não são necessários, porque em tempos difíceis todos são poucos, mas tem de se ter um equilíbrio. -----

Depois fala-se em taxas em percentagens que o 0,01% que é um esforço que o Município está a fazer, a questão é que podia ir muito mais além, um IMI de 300 euros anuais repercute-se em 7,95 euros, ou seja, é uma coisa irrisória, daí acharem que se podia ir mais além. -----

Os prémios que o concelho ganhou, é de dar mérito aos funcionários, a quem governa, a quem participou no processo, é meritório dizer muito bem, mas têm de olhar para os pontos menos positivos, como no desporto em meados do mês de outubro houve um evento na União de Freguesias de Campo Sobrado em que veio um conjunto de pessoas de fora do concelho, em que naquele dia o espelho do concelho estava ali, encontraram um pavilhão inundado de baldes a receber as pingas que caíam da cobertura, um pavilhão que já tem alguns anos, mas naquele dia a imagem de Valongo ficou fragilizada, devem pautar a forma de estar sempre na mesma linha, não vale a pena andar sempre a lançar placas, devem construir obra, mas não esquecer a que têm. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A posição do PSD nunca vai ser demagógica, mas sim sempre positiva no sentido e contribuir e enriquecer quer os orçamentos, quer os debates, quer a democracia, foi assim que o ensinaram, foi assim que viu o senhor Presidente durante os anos quando era Membro Municipal, como alguns diziam dava a volta ao bilhar grande para não passar à frente das pessoas que estavam na primeira fila e ia falar ao púlpito, irritou muita gente, mas era assim que ele fazia, ele vai fazer o mesmo, não é demagogia é usar o exemplo que muitos usaram inclusivamente o senhor Presidente da Câmara. -----

O Membro do Grupo Municipal do Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que é muito complicado, muito difícil, querer que as obras sejam feitas e baixar os impostos todos, isso seria o ideal, mas está convencido que se os impostos baixassem todos a zero provavelmente estariam a criticar a Câmara que não fazia obra nenhuma porque não tinha dinheiro para a fazer. -----

Por esse facto, pelo arrojo que a Câmara apresenta no Orçamento e Grandes Opções do Plano no seu entendimento vão votar favoravelmente o orçamento, esperando que tudo corra bem e seja exequível cumprir as promessas que são feitas. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Anabela Maria Freire de Sousa**, disse que se falou nas classificações dos outros, convida a irem ver o classificador económico, que data de 2001, tem 20 anos, altura em que as autarquias davam respostas muito diferentes das que dão hoje, nos outros trabalhos especializados cabem todos os serviços que a Câmara por si própria não tem capacidade de dar resposta, de efetuar, cabem as análises bacteriológicas às águas das piscinas, cabem as fiscalizações aos sistemas de gás, cabem esse tipo de despesas, não é nada de estranho. -----

Nos outros serviços que também é uma rubrica onde devem ser classificadas, que não têm cabimento nas rubricas que estão previstas, cabem despesas por exemplo todas as que são elencadas pela cultura, são os concertos, são todas as atividades culturais. -----

Nos outros bens também é uma rubrica onde cabem todos os bens que não tem classificação especifica, as garrafinhas de água que os Membros estão a usar e a beber são classificadas nessa rubrica, por exemplo. -----

Relativamente aos custos com pessoal, naturalmente que tiveram de aumentar, se receberam as escolas e o pessoal não docente com a delegação de competências tiveram de aumentar os custos com pessoal. -----

Têm um aumento das despesas correntes e paralelamente uma pequena diminuição com as despesas de capital com as escolas porque a maior parte das empreitadas já foi feita ou está em fase de conclusão. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022, Mapa de Pessoal, Plano de Atividades e Orçamento da Vallis Habita, em concreto o Orçamento e Mapa de Pessoal, que diz respeito ao instrumento que precisam para governar. -----

Nas últimas eleições tiveram algo extremamente positivo, nunca houve uma discussão tão acesa, até com alguma dose de desinformação à mistura, sobre a política de investimento do Executivo, foi a votos e, portanto, nestas coisas há que ter respeito, foi colocada em cima da mesa a política de investimentos, houve uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

violência total com desinformação à mistura. A população pronunciou-se e deu-lhe um voto muito verde a dizer continue com esse caminho, e vai continuá-lo, e vão continuar não por nenhum capricho, mas porque o concelho precisa mesmo de investimento. -----

Existe uma grande mudança de paradigma naquilo que era o concelho que encontraram e que é hoje, felizmente, porque estão a conseguir fazer um vasto conjunto de intervenções. -----

Conseguiram abater uma dívida que era muito grande, uma dívida que existia que não viam, de quase 60 milhões de euros, andamos à procura a tentar perceber porque é que havia aquela dívida, e era muito difícil perceber porque é que a dívida era tão grande, a de agora vai-se ver, é uma diferença estrutural. -----

Abateram brutalmente a dívida que está muito próxima dos 22/23 milhões, têm de aguardar pela prestação de contas, estima que a prestação de contas não fugirá muito dos 85%, ou seja, têm uma elevada capacidade de execução, conseguiram executar, naturalmente que às vezes à necessidade de fazer ajustamentos na gestão do ano, ou até no fim. -----

Ao mesmo tempo o peso do serviço da dívida representa hoje qualquer coisa como quatro virgula qualquer coisa, lembra que quando entraram em cada 100 euros de receita corrente, cada 100 euros que tinham certos cerca de 12 euros e tal era para pagar dívida, hoje por cada 100 euros só usam 4 euros e tal para pagar dívida, o que é uma diferença estrutural muito grande. -----

Há uma coisa que vão deixar pois acha que é um dever que tem, quando foi eleito eu não podia pedir sequer um empréstimo de um euro, isso é importante porque quem é eleito tem legitimidade, quem é eleito quer fazer coisas, pois quando foram eleitos não tinham nenhuma liberdade sequer para pedir um euro, os primeiros 4 anos formam muito complexos. -----

Hoje mudou, estão a fazer uma redução dos impostos, lentamente, podem estimar mais ou menos a mesma verba porque estão a terminar as isenções, são as isenções que permite as expectativas, é um documento previsional, é uma previsão, portanto é essa dinâmica, não há nenhuma arte de magia, tem a ver com regras que são obrigatórias para todas as câmaras, portanto decidiram todos os anos diminuir aquele valor até que em 2025 atinja o valor mais baixo de sempre, 0,35%. -----

Disse de seguida que destacava o que está a ser feito, que tem a ver com a questão de preparar o concelho, desde o primeiro ano têm seguido uma estratégia, que pode até ser considerada monótona, não fugiram do caminho que traçaram logo no primeiro ano. -----

Acabaram a revisão do PDM, têm estudos no planeamento, o PMAT, o PMUS, a Câmara tem o Plano Municipal de Saúde, nunca houve tantos planos, podem dizer que não é importante planear, na sua opinião é importante planear, quem vier a seguir tem um roteiro, o PMAT e o PMUS para os próximos 10 anos, aquilo que é prioritário do ponto de vista de intervenções, decidiram fazer planeamento porque é uma forma de consolidar o território. -----

Depois a questão da aposta na melhoria contínua, quando entraram na Câmara não havia um único processo desmaterializado, logo no início tomaram uma decisão difícil, porque normalmente é muito difícil a implementação disso nas câmaras, foi desmaterializar, muitas vezes os funcionários não querem aderir, a normal resistência à mudança, foi uma decisão que tomaram sem fundos comunitários, foram muito



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

prejudicados, havia o financiamento do SAMA que perderam por razões absolutamente incríveis que não foram responsabilidade deles, mas não hesitaram. -----

Quando se fala da proximidade e da descentralização não há que confundir, pegaram no edifício em Ermesinde, que esteve 12 anos fechado, o edifício Faria Sampaio, aquelas letras custaram 3 mil euros, se calhar era uma despesa supérflua, não foi, foi uma boa despesa. Portanto, tinham um edifício que estava abandonado e resolveram, com coragem, na altura o Governo do Dr. Paços Coelho veio-lhes oferecer Espaços do Cidadão e eles disseram ok, venham os Espaços do Cidadão, mas queremos é uma Loja do Cidadão, e conseguiram, tivemos de gastar um milhão de euros, nessa altura raparam dinheiro das freguesias todas para meter em Ermesinde, grande decisão ninguém se queixou. -----

Têm hoje uma grande Loja do Cidadão que permite proximidade administrativa, e vários Espaços do Cidadão espalhos por todo o concelho. -----

Quando veio a pandemia a Câmara Municipal continuou a funcionar como se não existisse pandemia, que fique claro porque às vezes as pessoas não têm essa noção, o grau de desmaterialização é total, só tiveram de comprar mais computadores, poucas câmaras têm um grau tão avançado de desmaterialização. -----

Quando lhe perguntam como é que está a preparar o concelho para o futuro é isso mesmo, é uma Câmara que se modernizou, uma Câmara que tem uma rede de proximidade administrativa, uma Câmara que não fica atrás de ninguém nem das grandes nem das pequenas, nem das médias. -----

A Casa da Democracia Local aparece como algo absolutamente lógico, no primeiro mandato um Vereador do PSD sistematicamente lhe disse que tinha de reservar um terreno para fazer um Câmara, tem de pensar em fazer uma Câmara, isto não tem dignidade, e a questão não é inventar funcionários, neste momento já há muitos funcionários, cerca de 100, que já não têm espaço nas instalações, e não tem a ver com proximidade, estão a falar de serviço administrativo, técnico, engenheiros, arquitetos. -----

Não faz sentido terem o Departamento de Obras que está ligado ao Departamento Financeiro e andar todo o dia dois ou três funcionários a transportar processos, os processos muitos foram desmaterializámos, mas eles têm de ser transportados, são pastas, essas necessidades não conseguiram, ainda, eliminar, têm cerca de 200 mil euros de gastos por ano por causa da distribuição que existe dos funcionários. -----

O edifício da Casa da Democracia Local foi pensado não como Câmara, mas como um edifício muito mais avançado, que tem 2 pisos, 15 metros, é da altura do Tribunal, é um edifício comedido, pensado para durar muitos anos, mas para não ter só uma função específica, é também um edifício cultural, educacional, um edifício identitário, para cortar com uma imagem do Município que tem as instalações administrativas no rés-do-chão de um prédio de habitação. -----

Em 2014 introduziram um pilar a aposta na educação, quando se diz que há uma redução na educação não é verdade, há uma redução nas despesas de capital porque felizmente as obras estão a decorrer, mas as despesas correntes não estão a diminuir, aliás até estão a aumentar, porque não vão deixar cair nenhum projeto na educação. -----

O Mais Val, que é um projeto elogiado pelo Secretário de Estado João Costa e pelos departamentos do Governo, que foi buscar a metodologia dos Sarilhos do Amarelo, acabou para todas as câmaras ao fim de 3



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

anos, eles resolveram mantê-lo, porque era uma traição às crianças, 50% das crianças do 1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano do primeiro ciclo têm dificuldades em ler, o que significa que numa aula o risco de metade daquela sala ter percebido zero, ou quase zero, do que ouviu é muito elevado, e avançaram com esse projeto sem medo. -----  
Abriram o primeiro Centro de Cidadania Digital do país, o primeiro em Ermesinde o segundo em Valongo, que está posicionado naquilo que é de mais avançado, capacitação digital, formação dos jovens nessa área, com a preocupação social. -----

Na parte social, além da questão do fundo de emergência, apoiam ativamente, são um dos maiores investidores sociais, em projetos sociais, a questão de fundo é as IPSS devem avançar e eles ajudam, numa lógica de ajudar as IPSS todas a serem fortes, e não na lógica de uma IPSS que canibalize as outras todas, querem IPSS fortes em todas as freguesias, porque é a forma de resistirem a impactos negativos. -----

Encontraram um programa que não acabaram com ele, tudo o que é bom não acabaram nem dizem mal, o PAS tinha cento e tal seniores, hoje têm um programa pojante, tem quase novecentos seniores, o último investimento foi o ASA 4.0, investiram cento e tal mil euros e dão acesso aos seniores que querem frequentar o programa, que é totalmente gratuito, emprestam um tablet para eles estarem mais capacitados, isso tem um custo, estão a falar de centenas de milhares de euros que são pagos pelos impostos dos valonguenses. -----

Valongo é um território como outros, não tem de estar condenado a ser um dormitório, criaram programas culturais, a Feira da Regueifa, Festa do Brinquedo, o Manifestum, a Omanatopeia, não exitaram em criar programas culturais mesmo que não sejam entendidos logo no início, a verdade é que eles não hesitaram, Valongo não tem de ser um dormitório, os dormitórios são todos muito parecidos podem ser mais bonitos ou menos bonitos, mas são dormitórios e as pessoas que estão nos dormitórios se poderem sair rapidamente saem. -----

Investiram cultura, não havia um Centro de BTT, um Centro de Trial Running, não havia um Circuito de Contemplação, uma Escadaria, agora têm argumentos para trazer gente, para as pessoas do concelho descobrirem o concelho, mas também para trazer gente, para salvaguardar a identidade. -----

A Oficina do Brinquedo é financiada, uma obra de 4 milhões tem um apoio do 1 milhão e 600, 1 milhão e 700, não hesitaram em colocar o resto. -----

A Casa da Democracia Local, ainda não conseguiram financiamento, mas não desistiram vão tentar até que tenha financiamento, como toda a gente faz no país. -----

Fizeram a Oficina da Regueifa e do Biscoito que era uma tradição que não se falava nela, apostaram noutras áreas, assumiram as marcas, umas já existiam como o brinquedo, as bugiadas, outras não existiam, ninguém falava nelas. -----

Nas escolas, na Escola Secundária de Ermesinde foi feita já uma grande intervenção, falta o pavilhão, mas vai ser feito, agora a Vallis Longus, a Secundária de Valongo, mais 1 ou 2 anos e as obras estão feitas, fazem com os meios que têm, não com os meios que já existiram. -----

A questão da aposta no ambiente, durante 50 anos falou-se muito das serras, não hesitaram, com outros concelhos, é hoje uma realidade o Parque das Serras do Porto, é uma realidade os prémios que ganharam no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ambiente, o modelo que existe nas Serras do Porto foi bem acolhido na outra associação que foi criada do Corredor do Rio Leça. -----

No desporto criamos recentemente Valongo in Outdoor que é um agregador, no próximo ano será a visita da galeria de uma das minas romanas, estão a preparar todo esse trabalho. -----

A Casa do Equador, têm muito poucos bens materiais salvaguardados, foi comprada, o antigo cinema de Ermesinde está abandonado, vai ser comprado, já há um acordo estão a aguardar a melhor forma de o concretizar, com a instituição que é a proprietária do imóvel. -----

Já conseguiram adquirir quase 1 hectare do Leça, em Ermesinde, que vai ser na segunda fase, a primeira já está concretizada, estão a tentar adquirir mais uma parcela de 15 mil metros para que seja uma margem e a outra, estão a falar de uma área grande, com fundos comunitários e sem fundos comunitários. -----

A questão do urbanismo táctico, não há receio, vão experimentar, no sentido de trazer uma mudança, o concelho precisa dessa mudança, o concelho de Valongo tem imensas potencialidades, tem um potencial que estava adormecido e viram uma oportunidade. -----

O programa de férias escolares com as crianças tem uma forte componente de identidade, para as crianças perceberem onde é que estão, a partir daí é construir um território diferente com proximidade. -----

A questão das piscinas, muitos dos concelhos nas redondezas têm complexos de piscinas, um complexo de piscinas vão fazê-lo em Campo e, também em Ermesinde, e se for possível noutros locais. -----

O orçamento, não tem dúvidas, é um orçamento que traz esperança, um orçamento que faz tudo o que tem de fazer, continua a acompanhar a luta à pandemia, tem a capacidade de fazer o que têm de fazer e ao mesmo tempo faz investimento, investimento de que necessitam, quer ele seja financiado por fundos comunitários, quer não seja financiado por fundos comunitários. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 1.7 – Orçamento e Grandes Opções do Plano/2022 - Mapa de Pessoal/2022 - Plano de Atividades e Orçamento da Vallis Habita/2022, sem aprovado por **maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 19 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Luís Miguel Pereira Caetano, 1 voto do Presidente de Junta de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Presidente de Junta de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto da Presidente de Junta de Valongo Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima. -----

Contra: 8 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 voto do Grupo Municipal do BE 1 voto do Grupo Municipal do CHEGA. -----

Abstenção: 4 abstenções, sendo: 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do PAN. -----

O Membro do Grupo do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*“O CDS absteve-se na votação deste orçamento, apesar de encontrar alguns aspetos positivos salvaguardamos muitas dúvidas e problemas com o mesmo. -----*

*Apesar de no início deste documento este Executivo desmontar ter conhecimento do impacto causada pela Covid 19, este reconhecimento não se vê na elaboração deste documento. -----*

*Este documento fica aquém das expectativas pois não serve apenas o reconhecimento do problema é necessário criar medidas para o mitigar. -----*

*As situações como as anteriormente discutidas nesta Assembleia Municipal tais como o IMI, Derrama, IRS, entre outros as quais não existe necessidade de descrever já foram debatidas em pontos anteriores. -----*

*Faço um alerta que tem vindo a ser sistemático e também se reflete neste orçamento, refiro-me às rubricas genéricas como os “outros” e “diversos”. -----*

*Para além disso existem opções prioritárias desta Câmara que não nos parece ser as necessidades reais do Município. -----*

*Pelos motivos aqui enunciados, pela defesa dos interesses de Valongo, dos valonguenses, o CDS/PP em boa-fé não podia votar favoravelmente este documento tendo assim escolhido a opção de se abster.” -----*

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse que pediu a palavra, porque foi uma defensora na Conferência de Representantes da não continuação das Assembleias. -----

Olhando para o que resta fazer, pensando que na próxima semana estão no pós Natal, numa situação bastante complicada, achava bastante sensato que encerrassem a Assembleia e não tivessem de retornar na próxima semana depois do Natal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a continuação dos trabalhos sendo reprovado por **maioria**, ficando a segunda reunião agendada para o dia 29 de dezembro. -----

De seguida colocou à votação a aprovação em minuta dos pontos 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 2 1.7, da Ordem do Dia, sendo aprovado por **unanimidade**, dando de seguida por encerrada a reunião. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

A 1.ª Secretária: \_\_\_\_\_

O 2.º Secretário: \_\_\_\_\_